

EENF ENFERMAGEM
EM EDUCAÇÃO



EENF ENFERMAGEM
EM EDUCAÇÃO

ANA FLAVIA DRUMOND DE MELLO E CUNHA

MAUS -TRATOS INFANTIS E A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Revisão integrativa das estratégias de enfrentamento

RIO GRANDE

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM

MAUS-TRATOS INFANTIS E A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Revisão integrativa das estratégias de enfrentamento

ANA FLAVIA DRUMOND DE MELLO E CUNHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Escola de Enfermagem - Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências – Área de Concentração: Enfermagem s Saúde – Linha de Pesquisa: Tecnologias de Enfermagem e Saúde à Indivíduos e Grupos Sociais.

Orientadora: Profª. Dra. Mara Regina Santos da Silva.

C975m Cunha, Ana Flávia Drummond de Mello e

Maus-tratos infantis e a atuação docente na educação básica:
revisão integrativa das estratégias de enfrentamento/ Ana Flávia
Drummond de Mello e Cunha – Rio Grande - RS, 2025.

76 f. : il.

Dissertação (Mestrado Enfermagem, da Escola de Enfermagem) -
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2025.
Orientadora: Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva. .

Inclui referências.

1.Escolas. 2. Maus-tratos infantis. 3. Professores do ensino
fundamental, I.Silva, Mara Regina Santos da . II. Título.

CDU 37.046:364.63

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Flavia Drumond de Mello e Cunha

MAUS -TRATOS INFANTIS E A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Revisão integrativa das estratégias de enfrentamento

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação em 18 de dezembro de 2025 e aprovada por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Adriane Maria Netto de Oliveira
Instituição: FURG - Efetivo

Profa. Dra. Francisca Lucélia Ribeiro de Farias
Instituição: UniFor - Efetivo

Prof. Dra. Patrícia Bitencourt Toscani Greco
Instituição: FURG - Suplente

Profa. Dra. Sandra Dal Pai
Instituição: IFFar - Suplente

Dda Eduarda Ramis Pontes de Souza
Instituição: PPGEnf-FURG
Membro em Formação

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi aprovada para obtenção do título de Mestre em Ciências - Área de Concentração: Enfermagem e Saúde, atendendo às normas da legislação vigente do PPGEnf-FURG.

 Documento assinado digitalmente
MARA REGINA SANTOS DA SILVA
Data: 03/08/2026 10:02:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra. Mara Regina Santos da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

 Documento assinado digitalmente
MARA REGINA SANTOS DA SILVA
Data: 03/08/2026 10:12:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva
Orientadora

CUNHA, Ana Flavia, Drumond de Mello e. **MAUS-TRATOS INFANTIS E A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**: Revisão Integrativa das estratégias de Enfrentamento. 2025. 76 folhas. Projeto da dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS.

RESUMO

Os Maus Tratos Infantis (MTI) englobam as ocorrências de negligência, abuso psicológico, físico e sexual em crianças. São problemas globais de saúde pública, com consequências que podem perdurar ao longo da vida adulta, impactando na saúde física, psicológica e no desenvolvimento das vítimas, não apenas no instante em que ocorrem, mas, também, em etapas posteriores do ciclo vital. Particularmente, o ambiente escolar se constitui em um potencial espaço para enfrentar essa problemática e proteger as crianças. O objetivo deste estudo é identificar evidências científicas acerca das estratégias de enfrentamento dos MTI utilizados pelos professores da educação básica. Trata-se de uma Revisão Integrativa de literatura que utilizou a estratégia PICO. As buscas foram realizadas nas bases: *Medical Literature and Retrieval System Online* (MEDLINE), via *PubMed*; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), por meio da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS); *Educational Ressources Information Center* (ERIC) *Scopus*, *Web of Science*, *American Psychological Association* (APA) *PsycInfo* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O acesso às fontes foi remoto, através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionados 24 artigos. Os resultados evidenciam que o enfrentamento aos MTI no ambiente escolar organiza-se em três categorias. A primeira destaca a escola como espaço de intervenção precoce, onde o suporte prático e emocional e o fortalecimento do vínculo professor-aluno são ferramentas essenciais de proteção. A segunda revela uma atuação docente marcada por dilemas éticos e condutas informais, em que a "resolução interna" muitas vezes prevalece sobre a notificação formal devido à insegurança profissional e à carência de suporte institucional. A terceira categoria aponta para a necessidade de estratégias sistêmicas, enfatizando a importância de programas preventivos, da formação continuada dos professores e da colaboração interprofissional para fortalecer a rede de proteção e superar as barreiras da subnotificação. Considerações finais: Embora a escola seja reconhecida como um espaço de intervenção precoce, suporte e proteção, essa função pode não se efetivar quando há fragilidades relacionadas à comunicação sensível, ao suporte prático e emocional, à cultura de salvaguarda, ao fortalecimento dos vínculos e da identidade institucional, além da sensibilidade comunitária. Nesse contexto, as estratégias sistêmicas e de promoção da resiliência mostram-se fundamentais para criar condições que possibilitem à escola exercer, de forma efetiva, seu papel na prevenção e no enfrentamento dos MTI.

Descritores: Escolas; Maus-Tratos Infantis; Professores do ensino fundamental.

CUNHA, Ana Flavia, Drumond de Mello e. **CHILD MALTREATMENT AND THE ROLE OF TEACHERS**: Integrative Review of scientific evidence on coping strategies. 2025. 76 sheets. Research project (Master in Nursing) - School of Nursing, Postgraduate Program in Nursing, Federal University of Rio Grande, Rio Grande/RS.

ABSTRACT

Child Maltreatment (CM) encompasses occurrences of neglect, psychological, physical, and sexual abuse in children. It is a global public health problem with consequences that can last throughout adulthood, impacting the physical and psychological health and development of victims, not only at the time it occurs but also in later stages of the life cycle. In particular, the school environment constitutes a potential space to address this problem and protect children. The objective of this study is to identify scientific evidence regarding the coping strategies for Child Maltreatment used by basic education teachers. This is an integrative literature review that used the PICO strategy. Searches were conducted in the following databases: Medical Literature and Retrieval System Online (MEDLINE), via PubMed; Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), through the Virtual Health Library (VHL); Educational Resources Information Center (ERIC), Scopus, Web of Science, American Psychological Association (APA), PsycInfo, and Scientific Electronic Library Online (SciELO). Access to the sources was remote, through the Federated Academic Community (CAFe), via the Periodicals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Twenty-four articles were selected. The results show that addressing MTI in the school environment is organized into three categories. The first highlights the school as a space for early intervention, where practical and emotional support and the strengthening of the teacher-student bond are essential protection tools. The second reveals a teaching practice marked by ethical dilemmas and informal conduct, in which internal resolution often prevails over formal notification due to professional insecurity and lack of institutional support. The third category points to the need for systemic strategies, emphasizing the importance of preventive programs, continuing teacher training, and interprofessional collaboration to strengthen the protection network and overcome the barriers of underreporting. Final considerations: In conclusion, although schools are recognized as settings for early intervention, support, and protection, this function may not be fully realized when there are weaknesses regarding sensitive communication, practical and emotional support, the safeguarding culture, the strengthening of bonds and institutional identity, and community sensitivity. In this context, systemic strategies and resilience-building measures are essential for creating the conditions that enable schools to effectively fulfill their role in preventing and addressing MTI.

Descriptors: Schools; Coping Strategies; Child Abuse; Elementary School Teachers.

CUNHA Ana Flavia Drumond de Mello e. **MALTRATO INFANTIL Y EL PAPEL DE LOS DOCENTES:** Revisión Integradora de la evidencia científica sobre estrategias de afrontamiento. 2025. 76 hojas. Proyecto de investigación (Maestría Enfermería) - Escuela de Enfermería, Programa de Postgrado en Enfermería, Universidad Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS.

RESUMEN

El maltrato infantil (MI) abarca casos de negligencia, abuso psicológico, físico y sexual de niños. Es un problema de salud pública mundial con consecuencias que pueden perdurar hasta la edad adulta, impactando la salud física y psicológica y el desarrollo de las víctimas, no solo en el momento del abuso sino también en etapas posteriores del ciclo de vida. En particular, el entorno escolar constituye un espacio potencial para abordar este problema y proteger a los niños. El objetivo de este estudio es identificar evidencia científica sobre las estrategias de afrontamiento del MI utilizadas por los docentes de educación básica. Se trata de una revisión integradora de la literatura que utilizó la estrategia PICO. Las búsquedas se realizaron en las siguientes bases de datos: Medical Literature and Retrieval System Online (MEDLINE), a través de PubMed; Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), a través de la Virtual Health Library (VHL); Educational Resources Information Center (ERIC) Scopus, Web of Science, American Psychological Association (APA) PsycInfo y Scientific Electronic Library Online (SciELO). El acceso a las fuentes fue remoto, a través de la Comunidad Académica Federada (CAFe), mediante el Portal de Publicaciones Periódicas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Se seleccionaron veinticuatro artículos. Los resultados muestran que el abordaje de la MTI en el entorno escolar se organiza en tres categorías. La primera destaca la escuela como un espacio de intervención temprana, donde el apoyo práctico y emocional y el fortalecimiento del vínculo docente-alumno son herramientas de protección esenciales. La segunda revela una práctica docente marcada por dilemas éticos y conducta informal, en la que la "resolución interna" suele prevalecer sobre la notificación formal debido a la inseguridad profesional y la falta de apoyo institucional. La tercera categoría señala la necesidad de estrategias sistémicas, enfatizando la importancia de los programas preventivos, la formación docente continua y la colaboración interprofesional para fortalecer la red de protección y superar las barreras de la subnotificación. Consideraciones finales: Si bien la escuela es reconocida como un espacio para la intervención temprana, el apoyo y la protección, esta función puede no ser efectiva cuando existen deficiencias relacionadas con la comunicación sensible, el apoyo práctico y emocional, una cultura de protección, el fortalecimiento de los vínculos y la identidad institucional, y la sensibilidad comunitaria. En este contexto, las estrategias sistémicas y la promoción de la resiliencia son fundamentales para crear las condiciones que permitan a la escuela cumplir eficazmente su función en la prevención y el abordaje del trauma relacionado con lesiones múltiples (MTI).

Descriptores: Escuelas; Estrategias de afrontamiento; Maltrato infantil; Profesorado de primaria.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABS – Antilock Braking System

BTI – Bons-Tratos Infantis

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CSA – Casos de Abuso Sexual

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

COVID-19 – Coronavirus Disease 2019

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV – Human Immunodeficiency Virus

IA – Inteligência Artificial

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MT – Maus-Tratos

MTI – Maus-Tratos Infantis

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PRISMA – Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

RS – Rio Grande do Sul

SEASIR – Seção de Atendimento à Situação de Risco

SUS – Sistema Único de Saúde

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIJ-DF – Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégia PICO	37
Quadro 2 – Mapeamento de termos	38
Quadro 3 – Estratégias de busca	42
Quadro 4 – Níveis de Evidência.....	48
Quadro 5 – Caracterização dos Estudos	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVO	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
3.1 MAUS TRATOS INFANTIS	17
3.2 DADOS EPIDEMIOLÓGICOS	25
3.3 IMPACTO DOS MAUS TRATOS INFANTIS	30
3.4 PROFESSORES FRENTE AOS MAUS-TRATOS INFANTIS	32
4 METODOLOGIA	36
4.1 ELABORAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA	37
4.2 BUSCA OU AMOSTRAGEM NA LITERATURA.....	37
4.3 DEFINIÇÃO E ACESSO ÀS FONTES DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS	38
4.4 ESTRATÉGIAS DE BUSCA NAS BASES DE DADOS.....	38
5 COLETA DE DADOS.....	46
5.1 SELEÇÃO E TRIAGEM DOS ESTUDOS	46
FLUXOGRAMA.....	47
6 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS	49
7 ANÁLISE CRÍTICA DOS ESTUDOS INCLUÍDOS	63
7.1 ESTRATÉGIAS DE APOIO E FORTALECIMENTO RELACIONAL NA ESCOLA.....	63
7.2 ATUAÇÃO DOCENTE: CONDUTAS INTERNAS INFORMALIZADAS E DILEMAS	64
7.3 ESTRATÉGIAS SISTÊMICAS E DE PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA.....	65
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE.....	76

1 INTRODUÇÃO

A preocupação social referente à problemática dos Maus Tratos Infantis (MTI) está expressa desde o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 e no artigo quinto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõem respectivamente ser dever da família, da sociedade e do Estado garantir os direitos fundamentais a crianças e adolescentes com absoluta prioridade; e que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Os MTI englobam a ocorrência de negligência: abuso emocional ou psicológico; físico ou sexual em crianças. A negligência manifesta-se quando há uma falha significativa sobre as providências de necessidades básicas de uma criança, as quais podem ser físicas como abrigo e alimentação por exemplo, emocional quando a criança não recebe carinho, atenção ou suprimentos afetivos; ou educacionais quando, por exemplo, alguém impede que a criança vá à escola ou tenha acesso à educação (Sarawad, 2022; Hirschmann *et al.*, 2021; Tsranchev *et al.*, 2022).

O abuso emocional ou psicológico engloba a presença de comportamentos prejudiciais ao bem-estar emocional ou à autoestima da criança. Esse tipo de abuso representa uma maneira grave de MTI que se mostra através de ameaças verbais e rejeições, por exemplo. O abuso físico é geralmente caracterizado quando ocorrem ações como bater, sacudir ou queimar as crianças, entre outras formas físicas (Tsranchev *et al.*, 2022). Já o abuso sexual é caracterizado por qualquer atividade sexual com uma criança, inclusive a exploração e o tráfico infantil, dentre outras diversas (Sarawad, 2022).

De acordo com o ponto de vista de Oliveira *et al.* (2022), já existe a concepção de que as crianças, além dos MT físicos e sexuais, também acabam violentadas muitas vezes pela ausência de assistência estatal, que se caracteriza como uma forma de MT, que acontece quando o Estado negligencia os cuidados às crianças, não cumprindo, assim, com seus deveres legais. No momento em que a falta de material escolar, a ausência de segurança se instala ao redor da escola, comprometendo sua estrutura, observa-se também a prática de MTI, uma vez que o Estado não está cumprindo com seu papel de proteger a vida e o bem estar de

crianças, assim negando-lhes os direitos constitucionais.

Os MTI são um problema global de saúde pública que ocorrem em todos os países e culturas, levando a consequências que podem perdurar ao longo de toda a vida adulta, ressoando na saúde física, psicológica e no desenvolvimento das vítimas, não apenas no momento em que ocorrem, mas, também, na adolescência e na vida adulta dos acometidos (Rokach, 2023; Pedroso; Leite, 2020).

No que tange às consequências dos MTI, estes podem levar a inúmeras comprometimentos devido à fase do desenvolvimento em que as crianças se encontram e a maturação cerebral. São crianças que apresentam maior número de diagnósticos psiquiátricos, sintomas externalizantes e internalizantes, prejuízos no desenvolvimento cognitivo, verbal e motor e maior número de sintomas clínicos quando comparadas às crianças não maltratadas na infância (Winter *et al.*, 2022). Dentre as consequências psicológicas são frequentes os transtornos de depressão e ansiedade, assim como a adoção de comportamentos de risco como abuso de substâncias na adolescência e na idade adulta (Hirschmann; Martins; Gonçalves, 2021). São crianças que sofrem com lesões frequentes como cortes, queimaduras, ossos partidos causados por agressões e *stress*, o que tem potencial máximo de prejudicar desenvolvimento inicial do cérebro e o desenvolvimento do sistema nervoso e imunitário.

Além desses, os MTI contribuem também para o desenvolvimento de alterações cerebrais estruturais e bioquímicas negativas, acarretando psicopatologias e abuso de substâncias também nas gerações futuras (Yoon *et al.*, 2021). Somam-se o risco aumentado de diabetes, desnutrição, limitações funcionais, cancro e doenças pulmonares, além de problemas de longo e curto prazo, como delinquência, fracasso escolar, gravidez indesejada, aborto, infecções sexualmente transmissíveis (IST), vírus da imunodeficiência humana (HIV). Tudo isso pode repercutir na vida futura das vítimas (Kefale *et al.*, 2023).

Com todos esses impactos sobre a vida da criança é importante não perder de vista que a violência não obedece às fronteiras de países, classe, religião. Os MTI impactam uma significativa parcela da população, com 36,3% dos adultos que foram vítimas na infância de abuso emocional; 22,6% que sofreram abuso físico; 16,3% que relatam negligência física, além de 12,7% que vivenciaram abuso sexual (Hirschmann; Martins; Gonçalves, 2021).

Nesse contexto, identificar esse problema o mais cedo possível é

fundamental para a proteção desses jovens. Niva Campos – supervisora da Seção de Atendimento à Situação de Risco (SEASIR) da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF) – destaca alguns sinais de que uma criança possa estar sendo vítima de MTI, além das marcas físicas evidentes. Dentre esses, a recusa em ficar com determinada pessoa; excesso ou falta de apetite; excesso ou falta de sono e sono agitado; agressividade (reprodução das agressões); temores noturnos, insônia; queda no rendimento escolar; retração; mutismo; irritabilidade ou apatia; desenhos reveladores de situações ou estados internos sombrios; relatos de não gostar de determinada pessoa; e desinteresse por coisas das quais gostava antes (Dias, 2021).

É importante destacar que durante a pandemia de COVID-19, o confinamento domiciliar aumentou o contato constante entre perpetradores e vítimas, resultando em aumento da violência e diminuição de notificações de MTI. Para minimizar tais problemas, medidas de prevenção e programas de apoio foram necessárias (Piquero *et al.*, 2021). Contudo, mesmo com a compreensão sobre a exposição mais elevada de crianças às práticas de violências, os profissionais não obtiveram sucesso no que tange a sugerir estratégias para o enfrentamento. Por essa razão, estudos atuais a respeito do tema com outros autores envolvidos ainda são muito necessários (Oliveira *et al.*, 2022).

O distanciamento social que ocorreu devido à COVID-19 fez com que as taxas de notificações de violência contra crianças diminuíssem, demandando estratégias para melhorar a identificação dos casos suspeitos de violência. Com isso, ressalta a necessidade de planejamento e ações intersetoriais específicas como saúde, justiça, segurança pública e proteção social, a fim de garantir os direitos legais das crianças (Levandowski *et al.*, 2021). Em consonância a isso, o estigma relacionado aos MTI invisibiliza os casos de maus tratos, tornando-se uma barreira para que sejam vistos e notificados (Karim, 2023).

O ambiente escolar facilita as notificações e tal questão demonstra-se evidente sob a iniciativa do projeto de Lei nº 14.679 aprovado em 18/09/2023, que inclui nos cursos de formação dos profissionais da educação conteúdos programáticos relativos à proteção integral dos direitos de crianças, além de apoio e capacitação permanente dos profissionais da educação para a identificação dos MT, de negligência e de abuso sexual praticados contra crianças (Presidência da República, 2023).

A necessidade da denúncia de MTI, que em muitos países é obrigatória e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do impacto de medidas contra os MTI que necessitam serem seguidas são pontos fundamentais para proteger a vítima e encaminhar o acusado às autoridades competentes. É preciso observar, portanto, os impactos que a denúncia possui sobre os MTI para que medidas favoráveis em benefício à saúde da criança sejam possíveis (Moreira, 2021). As escolas tem papel ativo nesta problemática, pois, ao identificar casos de MTI, podem notificá-los, contribuindo, assim, para o encaminhamento eficaz das situações de MT. Os professores na escola desempenham papéis cruciais de primeira linha na prevenção e identificação de MTI, uma vez que os alunos passam grande parte de seu tempo na escola. Além disso, dentre todas as figuras de autoridade, as crianças se mostram mais confiantes em compartilhar seus agravos com os professores e conselheiros de orientação da escola (Madrid *et al.*, 2020). Entretanto, os professores percebem em si mesmos que lhes falta condições para a promoção de saúde mental positiva às crianças em seu cotidiano, o que dificulta protegê-las, embora exista treinamentos específicos para lidar com essas situações de MTI, o que constitui uma ferramenta pedagógica fundamental no enfrentamento dos MTI (Maclean; Jeremy, 2022). A escola pode ser um espaço transformador para enfrentar essa problemática que, embora não tenha sido gerada por ela, reflete na vida de estudantes. Os professores da Educação Infantil estão em uma posição estratégica para o enfrentamento dos MTI e a proteção das crianças, considerando o suporte social que os docentes – e a comunidade escolar como um todo – representam no cuidado das crianças. Adotar medidas assertivas para intervir nas crises, mediação, aconselhamento além de mentoria nas escolas ajuda a lidar com os desafios externos dos alunos e a promover um ambiente de apoio ao sucesso acadêmico, emocional e social da criança (Abiola; Animashaun; Chiekezie, 2024).

Os MTI não configuram um recente desafio, os relatos de maus tratos acontecem de longa data. No entanto, durante a pandemia, professores notaram que esse quadro se agravou consideravelmente por conta do confinamento das crianças, que passaram a viver em uma condição de *stress* próximas aos potenciais agressores em suas próprias casas. O advento da pandemia, portanto, fez com que a situação piorasse muito, devido ao isolamento social e o maior tempo de

contato com os agressores, os conflitos parentais e as dificuldades familiares que também aumentaram. Sendo assim, os MTI se tornaram naquele momento pandêmico um agravo ainda mais desafiador (Oliveira *et al.*, 2022).

A lei nº 5016 aprovada em 2023 propõe uma educação permanente aos professores para que estes possam realizar ações de enfrentamento contra a problemática dos MTI. Essa lei demonstra a necessidade de uma educação mais específica para ações de enfrentamento, ao mesmo passo que outros estudos demonstram ainda que há uma falta de capacitação suficiente para que os professores possam lidar com situações de MTI. De acordo com o estudo, professores conseguem enfrentar os MTI no instante em que se sentem seguros para tal exercício, o que indica ainda haver poucos treinamentos sobre o enfrentamento aos MTI (Brasil, 2019).

Para este estudo, sentiu-se a necessidade da realização de uma pesquisa de revisão integrativa, pois a mesma possui como objetivo fornecer uma visão geral sobre um determinado tema. A revisão integrativa mostra como o tema se encontra nos dias atuais de modo geral. Essa revisão é uma abordagem ampla, um método de pesquisa que sintetiza o conhecimento a respeito de um tema específico. É uma ferramenta importante que nos permite melhorar os cuidados prestados no campo da saúde, a partir da aquisição de um embasamento teórico mais aprofundado, que permite uma prática de cuidado mais efetiva seja realizada (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Dessa forma, a pergunta norteadora que conduz este trabalho é:

Quais evidências científicas sobre estratégias de enfrentamento dos Maus-Tratos Infantis são utilizadas pelos professores da educação básica?

2 OBJETIVO

Identificar evidências científicas sobre estratégias de enfrentamento dos Maus- Tratos Infantis utilizadas pelos professores da educação básica.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 MAUS TRATOS INFANTIS

Os MTI são atos de violência definidos como a imposição injustificável e deliberada de danos contra crianças, incluindo abuso físico, psicológico, emocional, sexual e negligência (Tsrachev *et al.*, 2022; Sarawad, 2022), os quais provocam uma vasta gama de consequências negativas sobre a vida das vítimas (Stošić *et al.*, 2023). Envolvem quaisquer atos – sejam intencionais ou não – que causem danos reais ou potenciais à saúde, à sobrevivência, ao desenvolvimento e à dignidade da criança; seja pela utilização da força ou do poder por parte dos pais e/ou profissionais responsáveis pelos cuidados da criança (Silva; Pereira; Camargo, 2023; Unaldi, 2023). São atos considerados criminosos, praticados não somente por adultos, como também por outras crianças, que resultam recorrentes (Hirschmann; Martins; Gonçalves, 2021).

No caso de um abuso emocional ou psicológico, manifesta-se pela presença de comportamentos prejudiciais ao bem-estar emocional da criança ou à sua autoestima, seja na forma de abuso verbal, ameaças e rejeições por exemplo, as quais não devem ser descuidadas ou desmerecidas. Já os maus tratos de abuso sexual é caracterizado por qualquer atividade sexual com uma criança, inclusive de exploração e tráfico infantil (Sarawad, 2022).

O abuso físico é definido como qualquer ato intencional praticado por pais ou responsáveis e cuidadores, que provoque lesões corporais, ou coloque em risco a integridade física da criança. A negligência se mostra também como uma das formas de MTI, sendo que esta se torna visível a partir de significativas falhas sobre as providências e necessidades básicas de uma criança, desde as necessidades físicas (como abrigo e alimentação, a exemplo); emocionais (não dando carinho, atenção ou suprimentos afetivos, a exemplo); ou educacionais (não levando à escola ou não dando condições para que a criança tenha acesso à educação) (Sarawad, 2022).

Estudos indicam também que as crianças desenvolvem crenças distorcidas, tais como percepção de que são culpadas pelo acontecimento, passam a sentir que são ruins e diferentes das outras crianças da mesma idade, apresentam também alterações na percepção quando se diz respeito à confiança interpessoal (Batista; Gomes; Villacorta, 2023).

Nesse contexto, os professores do Ensino infantil que se encontram quase que diariamente com crianças podem protegê-las, embora acabam muitas vezes não conseguindo cumprir com esse dever, visto que, estes necessitam de capacitação correta para desempenhar essa função de proteção. Por essa razão, existe a necessidade de uma formação e qualificação para os professores de escolas infantis, de forma que possam contribuir com a notificação e interromper a perpetuação da violência.

O estudo de Walsh *et al.* (2022) mostra que para melhorar os relatos de MTI por professores são necessários estudos mais elaborados, a fim de mensurar os efeitos de um treinamento com um número maior de profissionais da educação infantil. Paralelamente a isso, o estudo também sugere que futuras pesquisas devam comparar intervenções de *e-learning* com presenciais (Walsh *et al.*, 2022).

Conselheiros tutelares relatam que a família da vítima, muito frequentemente, procura encobrir a situação, incentivando a criança e até mesmo cobrando da mesma seu silêncio sobre o agravo. No entanto, mesmo assim, os conselheiros tutelares conseguem identificar as situações de MTI, por mais que o pai ameace a criança, ela sempre deixa, de alguma maneira, escapar algum indício de abuso. A maioria dos casos de abuso sexual, a exemplo, ocorrem dentro da própria família, são praticados por tio, padrasto, entre outros familiares. De maneira que a mãe acaba por não aceitar a versão da criança, achando que ela está fantasiando, o que para os profissionais do conselho tutelar se torna uma barreira a ser transpassada. Os membros da família criam barreiras para que a criança não fale com alguém, nem mesmo com a diretora da escola, ou com os professores, e tampouco com o conselheiro tutelar, sendo este um dos principais desafios para os profissionais que trabalham diretamente com o público infantil (Santos *et al.*, 2019).

A colaboração entre pesquisadores e profissionais da escola desempenha um papel fundamental na abordagem sobre os MTI. Esse esforço colaborativo facilita a formulação de políticas e diretrizes públicas aprimoradas, com base em pesquisas empíricas. Ao combinar conhecimentos teóricos com a prática, torna-se concebível realizar intervenções, aumentando a conscientização sobre a gravidade do problema e promovendo uma resposta social mais ajustada. Essa fusão harmoniosa de pesquisa e aplicação prática serve para fortalecer a proteção das crianças e o estabelecimento de um ambiente mais seguro para seu crescimento e

bem-estar (Batista; Gomes; Villacorta, 2023).

É importante enfatizar o benefício às crianças da multidisciplinaridade no combate aos MTI, assim, médicos, enfermeiros, pesquisadores, professores, psicólogos e a sociedade em geral unida podem auxiliar. Os professores também podem ajudar a prevenir os MTI, conversando com os alunos sobre a temática, comunicando-lhes seus direitos e denunciando os MTI. Além do mais, a necessidade da conscientização sobre a importância e a extrema gravidade da problemática ainda é muito presente. Da mesma forma, é necessário que professores consigam enxergar os sinais que as crianças emitem, sugere-se esses movimentos para beneficiar a saúde da criança (Biffi; Bianchi, 2021).

É relevante que os professores ao desempenharem seu papel de educar as crianças estejam atentos para protegê-las, considerando seu aspecto Bio-Psico-Ambiental. A saúde das crianças depende de ações que as respeitem e as protejam. Um ambiente educacional harmônico possui a capacidade de despertar a segurança e o acolhimento que as crianças necessitam em casos de MTI, e isto está sendo demandado sob o sofrimento de diversas crianças ao redor do mundo (Carpio, 2021).

A Assembleia Geral da ONU completou 30 anos em novembro de 2019, na ocasião em que a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) foi aprovada (em 1989), serviu para que inúmeros países pudessem estruturar as políticas públicas a favor da defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e os dispositivos legais. A CDC causou um significativo impacto desde a sua implementação, constituindo nas jurisprudências nacional e regional, reformas nas legislações nacionais e influenciando na implementação de políticas públicas, assim como na agenda de desenvolvimento internacional, visivelmente por intermédio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tais como: Erradicação da Pobreza, Educação de Qualidade, Saúde e Bem Estar, Igualdade de Gênero, Água Potável, Saneamento, dentre outros. Observa-se estes avanços, ainda na literatura, um consenso acerca das diversas barreiras para que estas diretrizes possuam uma implementação efetiva (Nações Unidas Brasil, 2019; Cruz, 2022).

Durante a década de 1990, o Brasil abraçou as diretrizes da CDC, aderindo a elas e tornando-se reconhecido de forma mundial como um dos países que possui um marco regulatório combinado com essas diretrizes, inclusive participando de forma especialmente ativa com a implementação do Estatuto da Criança e

Adolescente (ECA). No que tange à garantia dos direitos da criança e do adolescente, o ECA é o marco mais avançado na América do Sul e o Brasil possui destaque com o maior número de leis, que objetivam a promoção dos direitos da criança e do adolescente (Andion; Gonsalves; Magalhães, 2023).

No que tange às intervenções relacionadas à prevenção dos MTI, essas se concentram no fortalecimento dos fatores de proteção e exigem colaboração entre crianças, pais, professores e a comunidade, além de mídias inovadoras (Oliveira *et al.*, 2022). É imprescindível enfatizar – quando se fala a respeito da proteção e cuidado de crianças – que existe a necessidade esafiadora de uma articulação entre a família e a escola, a qual é incontestável. Os contextos escolares e familiares medeiam e interagem, merecendo uma atenção especial, pois são os dois agentes socializadores fundamentais desde o começo da vida social da criança em ambientes de desenvolvimento humano, isso quer dizer que é muito importante que exista a parceria entre a família e a escola para que seja possível o desenvolvimento saudável da criança (Anunciação *et al.*, 2022).

A equipe escolar tem potencial para prevenir os MTI, socioeducando crianças, preparando professores para ensinar como a criança pode se proteger contra situações abusivas. É fundamental que existam professores preparados, bem treinados para orientar crianças sobre como evitar ou identificar uma situação de abuso sexual e MT em geral, já que a escola é um ambiente fértil para produzir essa transformação. Pais e outras pessoas ao redor, utilizando plataformas on-line, mídia simples, materiais informativos atraentes, e gerenciamento de tabus também podem contribuir muito. A comunicação em si é uma via importante de transformação no contexto escolar (Dewi; Sitaresmi; Dewi, 2021).

Enxergar os ambientes tais como as escolas, assim como todos os que daquele contexto fazem parte, tais como os professores, é muito importante para o desenvolvimento sadio de crianças na sociedade. Mas para que as crianças sejam ouvidas e atendidas, uma formação do profissional professor é essencial, e esta formação precisa ser suficientemente boa para que ele conheça os protocolos de identificação dos tipos de violência e esteja apto a comunicar a violência e encaminhar a questão (Silva; Camargo, 2023).

No Brasil, a Constituição é um instrumento de proteção à criança, ao reconhecê-la como sujeito de direitos. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a construção de uma rede obrigatória dirigida à

proteção integral da criança que estabelece, por parte dos profissionais da saúde e da educação, a comunicação dos MTI ao Conselho Tutelar. Paralelamente a isso, nota-se ser imprescindível que as medidas de proteção estabelecidas pela Constituição venham a ser cumpridas, e todos os esforços devam ser movidos a fim de que seja cada dia mais acessível e prático o cumprimento das medidas protetivas estabelecidas e necessárias às crianças (Lourenço *et al.*, 2023).

Em diversos países, estudos demonstram que é a própria família da criança a principal causadora de MTI. Tal questão se apresenta como uma barreira para a atuação profissional dos conselheiros tutelares, já que a identificação, assim como o manejo, é dificultada, como é possível ser visto pelos depoimentos de alguns conselheiros tutelares. Como estratégia de mudança para esses indicadores, a notificação no Brasil se faz obrigatória, tanto para casos suspeitos quanto confirmados de MTI. Os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, que é a instituição fundada pelo ECA e que possui a importante função de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças, protegendo-as (Santos *et al.*, 2019).

Os MTI dizem respeito a um problema global de extrema importância e gravidade que causa muita dor a diversas pessoas ao redor do mundo, gerando prejuízos sobre a saúde dos sujeitos, alcançando-os de formas subjetivas e peculiares. No entorno dessa dimensão desastrosa sobre a saúde física, mental, social e emocional que agridem os sujeitos, tal problemática causa consequências severas a diversas crianças do mundo inteiro. No âmbito familiar, não se deve negligenciar esses cuidados de nenhuma maneira, promovendo esforços de conscientização no intuito de prevenir quaisquer formas de MTI possíveis de serem realizadas. Esta conscientização, a partir da problemática citada, pode ser realizada por meio da pesquisa e divulgação de informações a respeito da temática (Bistra, 2021).

A Lei nº 14.679, sancionada em 18 de setembro de 2023 e publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro do mesmo ano, representa um avanço significativo na legislação brasileira ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990). Essa nova legislação passou a incorporar, entre os princípios fundamentais da formação dos profissionais da educação, a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, reforça, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção voltada à identificação de maus-tratos,

negligência e violência sexual contra esse público, reafirmando o compromisso com os direitos humanos. Embora a criação dessa lei represente um importante passo diante da complexidade do tema, ainda é necessário aprofundar a discussão e ampliar os esforços para sua efetiva implementação (Brasil, 1990; Brasil, 1996; Brasil, 2023).

De acordo com o ponto de vista de Oliveira *et al.* (2022), já existe a concepção de que as crianças, além dos MT físicos e sexuais, também acabam por serem violentadas muitas vezes pela ausência de assistência estatal. Essa negligência do Estado também se caracteriza como uma forma de MT, no instante em que o Estado age de má fé, negligenciando os cuidados às crianças, ao descumprir seus compromissos estabelecidos por lei, o que pode ser verificado, por exemplo, com a falta de material escolar, a violência no entorno da escola e problemas estruturais.

Para tratar dessas questões, é preciso manter uma posição de escuta atenta e uma observação contínua, já que a criança, possui um repertório verbal, geralmente, menor do que os adultos, o que dificulta eventuais queixas de MTI para profissionais e pessoas que não possuem uma capacitação para compreendê-las. Por conta disso, as crianças necessitam serem protegidas e se sentirem seguras ao redor dos adultos capacitados.

A consciência de que deve haver uma escuta atenta e cuidadosa às crianças reverbera pelo Brasil há muito tempo, porém, apenas em 1990 o ECA foi criado, abraçando a Convenção dos Direitos da Criança (CDC). Essa lei foi promulgada devido à nítida preocupação em respaldar de forma legal os direitos de crianças e adolescentes, penalizando os que não os

cumpirem. Aquele que insistir em manter-se cego aos MTI, incluindo o Estado, a partir da promulgação do ECA deve sofrer as consequências legais das omissões e negligências.

Não é, portanto, dever apenas da família – mas também da comunidade e sociedade em geral, incluindo o poder público – garantir, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 2022).

A Resolução 258 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) destaca “que toda criança e adolescente tem direito a ter

acesso a informações sobre seu próprio corpo que permitam a identificação e a denúncia de situações de violência sexual” (Conselho Federal de Psicologia, 2025). No Brasil a notificação dos casos suspeitos ou confirmados de MTI é obrigatória. Os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, que é a instituição criada a partir do ECA, e que possui a função de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças.

No que diz respeito aos profissionais que trabalham frente aos MTI, é importante que o Poder Público implemente ações que esclareçam, efetivamente, o papel dos Conselhos Tutelares juntamente à comunidade, tais como divulgações midiáticas, capacitação de professores e profissionais de saúde, entre outras, contribuindo para dar visibilidade às ações desenvolvidas por esses profissionais e sua essencial importância no que diz respeito ao enfrentamento dos MTI (Santos *et al.*, 2019).

Pela utilização indevida do poder ou da força, os MTI são caracterizados, tanto por parte dos pais, quanto por parte de profissionais responsáveis pelos cuidados de crianças. A transgressão no uso do poder, inclusive do dever da sociedade, do poder público e de adultos com capacidades para este cuidado são devidos para a proteção da criança, protegendo-as inclusive de adultos que não se encontram hábeis para seu acolhimento, podendo negligenciar-lhes o cuidado de forma a deslegitimar o direito delas. Esse descuido pode trazer graves consequências às crianças que deveriam ser cuidadas e protegidas pelo Estado e sociedade em geral (Silva; Camargo, 2023).

Considerando essa questão, os professores como profissionais que trabalham diretamente com o público infantil, precisam estar habilitados e em condições adequadas para colaborar de forma ativa com a sociedade, ressaltando o alinhamento necessário com a lei que tem por finalidade garantir os direitos da criança. Uma forma de fazer, isto é, contribuindo com os professores, buscando auxiliá-los, oferecendo todos os subsídios necessários para que possam exercer seus deveres da maneira mais eficaz possível (Madrid *et al.*, 2020).

A colaboração entre professores e pesquisadores é importante para garantir uma resposta completa e eficaz à violência que afeta as crianças em todas as suas formas. Ao unirem suas habilidades, conhecimentos e recursos, pesquisadores e profissionais podem desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção, intervenção e apoio às vítimas de MTI. Essa abordagem colaborativa

pode levar a resultados mais positivos e significativos para as crianças que enfrentam MTI, promovendo o bem-estar e protegendo seus direitos. Com isso, pesquisas sobre os Maus Tratos Infantis se tornam indispensáveis às necessidades educacionais de professores na prevenção dos MTI, devido a todos os benefícios apresentados (Solehati *et al.*, 2022).

É encorajador enxergar um aumento na colaboração e no interesse entre pesquisadores e profissionais que agem contra os MTI em suas diversas formas. Além disso, é possível observar que os profissionais podem se beneficiar do acesso com treinamento e capacitação baseados em evidências fornecidas por pesquisadores, auxiliando-os a aprimorar suas habilidades na identificação, prevenção e resposta aos MTI (Wolfersteig, 2022).

O professor não se encontra descolado do corpo social e da responsabilidade, contudo, o dever não é somente dele, mas da sociedade em geral. Professores e funcionários da escola desempenham papéis cruciais de primeira linha na prevenção e identificação de MT, inclusive em casos de abuso sexual (CSA), uma vez que os alunos passam muito tempo na escola. Além disso, entre todas as figuras de autoridade, as crianças se mostram mais confiantes em conversar aos professores e conselheiros de orientação seus agravos (Madrid *et al.*, 2020). Kandi *et al.*, (2022) referem que os pais, educadores e até mesmo a mídia desempenham um papel importante na conscientização e aumento do conhecimento das crianças sobre abuso sexual, chegando, em média a um aumento de 77,43%, o que reflete na autoproteção contra abuso sexual e estupro.

Nesse cenário, a atuação de profissionais capacitados e sensibilizados para identificar e intervir em situações de MTI é fundamental para garantir a proteção integral e minimizar o sofrimento da criança. Contudo, pesquisas indicam que nem sempre as práticas dos profissionais implicados no cuidado e na educação de crianças são direcionadas para o enfrentamento e a proteção dos MTI. O reconhecimento do abuso infantil é frequentemente dificultado por sinais sutis ou ocultos, especialmente em casos de abuso psicológico, cujas marcas não são visíveis e podem passar despercebidas. Muitas vezes, as próprias vítimas escondem os indícios da violência, motivadas por medo, vergonha ou vínculos emocionais com o agressor. Esse cenário se agrava diante da falta de capacitação específica de profissionais como professores e clínicos gerais, que nem sempre estão preparados para identificar manifestações menos evidentes do abuso. A

ausência dessa formação adequada contribui para o subdiagnóstico, atrasando a intervenção e colocando em risco a proteção e o bem-estar da criança (Rajan; Vati, 2021).

3.2 DADOS EPIDEMIOLÓGICOS

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020), mais de um bilhão de crianças entre 2 a 14 anos são vítimas de MTI em todo o mundo, sofrendo consequências duradouras ao longo de toda vida. Cerca de 500 milhões de crianças sofrem abusos todos os anos no mundo inteiro (Karim, 2023). A estimativa é de uma ocorrência anual seja de 40.150 mortes por homicídio de crianças e menores de 18 anos (Rajan; Vati, 2021). Lourenço *et al.* (2023) também afirmam que os MTI é uma prática universal que afeta crianças em todo o mundo independentemente de condições socioeconômicas.

Em 2023 no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), havia 11.649 crianças mutiladas e mortas, sendo 5,3 mil crianças mortas, o que equivale a quase 15 crianças mortas diariamente. No que tange ao recrutamento, são 8.655 crianças que sofrem MT e 4.356 que foram atingidas por sequestro infantil no ano de 2023 (ONU, 2024).

A estimativa é de que 4,9 milhões de crianças tenham morrido antes mesmo de completarem cinco anos de idade em algum lugar do mundo, o que equivale a uma morte a cada 6 segundos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Estima-se que até 1 bilhão de crianças entre 2 e 17 anos, em todo o mundo, tenham sido vítimas de violência física, sexual, emocional ou negligência (Blessy; Sunil, 2022). Em uma prevalência mundial geral de MTI, estimam-se variantes de 12,7% (para abuso sexual); 36,3% (para abuso emocional), lembrando que o abuso emocional se manifesta geralmente de forma mais sutil, o que pode passar despercebido. A prevenção destaca-se como essencial e eficaz para MTI sobre as altas taxas de prevalência de MTI e seus sérios efeitos negativos de curto, médio e longo prazo (Walsh *et al.*, 2022).

Em seguida, os municípios gaúchos aparecem com as notificações mais concentradas especialmente na capital do Rio Grande do Sul (RS), Porto Alegre. Quanto aos demais municípios do estado, incluindo o município de Rio Grande,

poucas ou nenhuma notificação foi vista há cinco anos, ressaltando as cidades de Pelotas e Alvorada com as menores prevalências de casos de MTI, devido também ao menor número de notificações citadas nessas cidades. Percebeu-se que mais da metade das notificações foram efetuadas por unidades hospitalares de referência para pessoas em situação de violência sexual, à medida que, nos serviços de *Antilock Braking System* (ABS), o registro desses incidentes foram menores (Lourenço *et al.*, 2023).

No carnaval do ano de 2023 no Brasil, o número de denúncias registradas aumentaram 38% pelo Disque 100, os dados divulgados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), apontam que grande parte dos casos incluem crianças, manifestando estimadamente 26 mil violações de direitos contrapostos. Foram registradas 73,9 mil violações devido a 11,3 mil denúncias durante o período de 8 a 14 de fevereiro, foram 53,5 mil violações no ano de 2024, e ao longo do carnaval de 2023 com 8,1 mil denúncias, com a estimativa de 26 mil violações de direitos confrontados (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

No ano de 2023, os registros de MTI em conflitos armados foram alarmantes, houve um aumento de 21% de violações graves, com números que indicam 32.990 incidentes. Os lugares com maior número de casos de violações são Israel e Territórios Palestinos Ocupados, República Democrática do Congo, Sudão, Mianmar, Nigéria, Somália e República Democrática do Congo. Esse mesmo relatório não somente considera o número de mortes, como também outros tipos de violência, tais como violência sexual, recrutamento de crianças, mutilações, assim como ataques a hospitais, escolas e bloqueio de auxílio comunitário, como também sequestro (ONU, 2024).

A prevalência global de abuso sexual infantil (ASI) autorrelatado é estimada em cerca de 12,7%, com taxas significativamente mais altas entre meninas (18%) do que entre meninos (7,6%). Esses dados revelam uma preocupante disparidade de gênero, além de variações regionais importantes: as menores taxas são observadas na Ásia, enquanto os índices mais elevados ocorrem entre meninas na Austrália e entre meninos na África. Esses números ressaltam a gravidade e a dimensão global do problema, exigindo atenção e respostas específicas em diferentes contextos socioculturais (Finkelhor; Turner, Colbur, 2024).

A violência física também apresenta números significativos. No Espírito Santo, entre 2011 e 2018, 23,6% das notificações envolviam esse tipo de agressão, mais frequente entre meninos de 6 a 9 anos, geralmente cometida por adultos fora do ambiente doméstico e, frequentemente, à noite. Outras formas de violência, como o abuso psicológico, emocional e a negligência, também estão presentes, embora sejam menos relatadas nas estatísticas e na literatura científica (Pedroso; Leite, 2022).

Foram registrados 38.899 casos de violência contra crianças, com maior prevalência entre meninas de 0 a 1 ano (30,1%), de 2 a 5 anos (39,4%) e de 6 a 9 anos (30,5%). A maioria dos episódios ocorreu no ambiente domiciliar (88,3%), sendo os principais agressores a mãe (51,7%), o pai (40%) e o padrasto (6,2%). Entre as crianças de 0 a 1 ano, a negligência foi a forma de violência mais recorrente, geralmente praticada pelos próprios pais dentro de casa. Já

na faixa etária de 2 a 5 anos, predominou a violência sexual, frequentemente cometida por pessoas conhecidas da vítima, também no ambiente doméstico. Para crianças de 6 a 9 anos, as agressões mais comuns foram as de natureza física e psicológica, realizadas por padrastos ou conhecidos, com uso de força física, ameaças e instrumentos cortantes ou contundentes, ocorrendo principalmente na escola e em espaços públicos. Em síntese, as meninas de 2 a 5 anos foram as mais afetadas, com destaque para a figura materna como principal agressora. Os tipos de violência variaram conforme a idade, abrangendo negligência, abuso sexual, violência física e psicológica

Pesquisas globais constataram que as taxas de prevalência de abuso sexual infantil sugerem que se trata de uma preocupação significativa e contínua de saúde pública. Um estudo australiano recente, por exemplo, revelou que mais de três meninas e quase um em cada cinco meninos relataram ter sofrido abuso sexual antes dos 18 anos. As taxas de abuso autorrelatadas, no entanto, excedem em muito os números oficiais, sugerindo que um grande número de crianças que sofrem abuso sexual não chamam a atenção das autoridades competentes. Ainda não está claro se e como essas crianças tentaram contar suas histórias. A literatura sugere que existe uma maior compreensão das barreiras à divulgação. Mais pesquisas que apoiem uma compreensão mais profunda da interação complexa de facilitadores e barreiras à divulgação em diversas populações são necessárias. Em pesquisas futuras devem privilegiar as vozes de vítimas e sobreviventes de abuso sexual

infantil, mobilizando suas experiências vividas para cocriar práticas e políticas aprimoradas (Mcpherson et al., 2024).

O perfil das vítimas varia conforme o tipo de abuso. Meninas são as mais atingidas por violência sexual, especialmente entre 6 e 10 anos. Já os meninos tendem a sofrer abusos em idades mais precoces e têm maior chance de vivenciar episódios repetitivos. A maioria dos agressores são homens conhecidos das vítimas, como pais, padrastos e irmãos — muitas vezes sob o efeito de álcool (Beatriz, 2023).

O contexto em que os abusos ocorrem também é preocupante. Aproximadamente 70% dos casos acontecem nas residências das vítimas ou dos próprios agressores. Mais da metade dos casos de violência sexual são repetitivos, especialmente quando há laços familiares com o agressor. Além disso, é comum a associação entre abuso físico e sexual, o que intensifica os riscos à saúde física e mental da criança (Williams, 2020). A inclusão do abuso sexual online nas estatísticas eleva significativamente a prevalência geral de abuso sexual infantil, passando de 13,5% para 21,7%. Esse aumento é particularmente expressivo entre as mulheres, cujos índices sobem de 19,8% para 31,6%, e entre os homens, de 6,2% para 10,8%. Esses dados evidenciam o impacto crescente do ambiente virtual como meio de violência sexual contra crianças e adolescentes, ampliando a urgência de estratégias específicas de prevenção, monitoramento e proteção no contexto digital (Finkelhor; Turner; Colburn, 2024).

A subnotificação representa um dos principais obstáculos no enfrentamento ao abuso infantil. Em muitos estados com infraestrutura de saúde limitada, há falhas na detecção e notificação, resultando em casos não confirmados ou registrados com dados incompletos. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, o estado de Sergipe registrou uma queda de 24,3% nos casos notificados, provavelmente não por redução na incidência, mas sim devido à dificuldade de denúncia causada pelo fechamento das escolas e pela redução dos serviços de proteção infantil (Martins-Filho, 2020).

Em um estudo de McPherson *et al.*, (2024), dos 2.238 casos analisados, 5,6% (n = 125) estavam relacionados ao abuso sexual infantil (CSA) em contextos escolares. A maioria desses abusos (64%) foi cometida por adultos, sendo os professores os principais agressores, representando 62,5% dos casos. O estudo identificou que os abusadores utilizam diferentes estratégias para manipular as

vítimas, incluindo abuso físico (11,2%), ameaças (19,2%), enganar ou truques (15,2%) e a produção de fotos ou vídeos com conteúdo sexual (3,2%). Além disso, 15,2% dos casos envolveram relações sexuais. Um dado preocupante é que quase 75% das vítimas demoraram a relatar os abusos ocorridos no ambiente escolar.

Para crianças de 6 a 9 anos, as agressões mais comuns foram as de natureza física e psicológica, realizadas por padrastos ou conhecidos, com uso de força física, ameaças e instrumentos cortantes ou contundentes, ocorrendo principalmente na escola e em espaços públicos. Em síntese, as meninas de 2 a 5 anos foram as mais afetadas, com destaque para a figura materna como principal agressora. Os tipos de violência variaram conforme a idade, abrangendo negligência, abuso sexual, violência física e psicológica (Malta, 2025).

Pesquisas globais constataram que as taxas de prevalência de abuso sexual infantil se constituem em uma preocupação significativa e contínua de saúde pública. Um estudo australiano recente, por exemplo, revelou que mais de três meninas e quase um em cada cinco meninos relataram ter sofrido abuso sexual antes dos 18 anos. As taxas de abuso autorrelatadas, no entanto, excedem em muito os números oficiais, sugerindo que um grande número de crianças que sofrem abuso sexual não chamam a atenção das autoridades competentes. Ainda não está claro se e como essas crianças tentaram contar suas histórias. A literatura sugere que existe uma maior compreensão das barreiras à divulgação (Mcpherson *et al.*, 2024).

3.3 IMPACTO DOS MAUS TRATOS INFANTIS

Os MTI conduzem a alterações cerebrais estruturais e bioquímicas negativas, com elevada possibilidade de acarretar psicopatologias e abuso de substâncias em futuras gerações (Samara *et al.*, 2023). Os MTI têm sido associados a um risco mais elevado de desenvolver diabetes, danos cerebrais, doenças pulmonares, cancro, desnutrição e limitações funcionais. Os MTI também tendem a ser a causa de problemas de curto, médio e longo prazo, afetando a vida da vítima por meio de fracasso escolar, delinquência, gravidez indesejada, aborto, abuso de substâncias, vírus da imunodeficiência humana (HIV), além de infecções sexualmente transmissíveis (Kefalle, *et al.*, 2023; Walsh *et al.*, 2022; Akova *et al.*, 2022).

Como efeito, Kefale *et al.* (2023) ressaltam que crianças vítimas de MT sofrem, com maior possibilidade, frequentes lesões, tais como cortes, queimaduras, ossos partidos e *stress*, o que pode perturbar o desenvolvimento saudável do cérebro e prejudicar o desenvolvimento dos sistemas nervosos e imunitário, gerando risco de várias ameaças à saúde, tais como o alcoolismo, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), abuso de drogas, depressão, tabagismo, ansiedade, transtornos alimentares, comportamentos sexuais de alto risco, obesidade, suicídio e o risco de doenças crônicas no geral.

Kefale *et al.* (2023) e Lourenço *et al.* (2023) afirmam também que a exposição de criança aos MTI causa danos psicológicos e físicos na infância e na fase adulta, gerando graves consequências, como: depressão, ansiedade, dificuldades no convívio social, agressividade e problemas de aprendizagem. Os sentimentos de medo, vergonha e raiva da vítima em relação ao perpetrador dos MT são comuns, especialmente em casos de abuso sexual intrafamiliar, já que a relação de vínculo afetivo e confiança são rompidos por conta do MT. Ademais, no que concerne à situação abusiva, crianças desenvolvem crenças distorcidas, tais como percepção de que são culpadas pelo acontecimento, sentem que são ruins e diferentes das outras crianças da mesma idade e apresentam alterações na percepção no que diz respeito à confiança interpessoal (Batista; Gomes; Villacorta, 2023). Essas questões testemunham que os MTI sofridos na infância podem repercutir em outras alterações no nível cerebral e no sistema metabólico, inclusive o efeito de produzir respostas inflamatórias e mudanças na imunidade do indivíduo.

Segundo Unaldi (2023), os MTI podem perturbar o desenvolvimento natural da criança, levando-a a problemas mentais, físicos e sociais, além de resultar em morte em alguns casos. No que diz respeito a problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, as crianças que sofrem MT de abuso sexual comumente apresentam problemas de comportamento internalizantes (como ansiedade e depressão, por exemplo); e externalizantes (como desafio e

agressão, a exemplo). Tais problemas são exacerbados no instante em que a criança ou o pai não agressor nutre sentimento de auto-culpa (Champlain *et al.*, 2023). Além desses, as vivências traumáticas na criança também pode aumentar o risco de desenvolvimento de doenças físicas ao longo da vida, como doenças

coronarianas e outras doenças crônicas não transmissíveis, evidenciando a gravidade e o alcance dos danos causados pela violência na infância (Malta *et al.*, 2025).

As consequências do abuso infantil são amplas e duradouras., tais como: lesões físicas; falha no desenvolvimento social; desenvolvimento emocional prejudicado; falhas no desenvolvimento comportamental; redução da capacidade de raciocínio perceptivo; leitura reduzida; depressão; ansiedade; Transtorno de Estresse Pós-Traumático; baixa autoimagem; uso de álcool e drogas; agressão; delinquência; déficits de longo prazo no desempenho educacional; além de diversos efeitos negativos no emprego e no *status* econômico (Walsh *et al.*, 2022).

Uma parte substancial dos problemas de saúde mental em países de baixa e média renda pode ser atribuída à violência. Assim, intervenções direcionadas à redução da violência em países de baixa e média renda podem ter um grande impacto positivo na saúde mental daqueles que vivem nesses ambientes. Especificamente, Mathews *et al.* (2020) destacam que os países devem investir em estudos nacionais rigorosos sobre a prevalência de MTI, utilizando instrumentos sólidos e obtendo informações detalhadas a respeito da natureza em questão.

3.4 PROFESSORES FRENTE AOS MAUS TRATOS INFANTIS

Professores ocupam um lugar potencialmente favorável para o enfrentamento dos MTI. Se habilitados, podem contribuir orientando e direcionando os alunos sobre a temática, através de uma comunicação diretiva acerca dos seus direitos e, fundamentalmente, reduzindo ao mínimo possível as subnotificações. Além disso, existe ainda a forte necessidade de conscientização sobre a importância e a extrema gravidade da problemática mundial que são os MTI. Os professores neste sentido, desde que habilitados podem oferecer esforços a favor do enfrentamento dos MTI, o que seria de grande valia, pois, ao enxergarem os sinais que crianças emitem, os mesmos podem sugerir movimentos que beneficiem a saúde da criança (Biffi; Bianchi, 2021).

A equipe escolar tem potencial no enfrentamento aos MTI, socioeducando crianças, preparando professores para ensinar como a criança pode se proteger contra situações abusivas. É fundamental que existam professores preparados,

bem treinados para orientar crianças sobre como evitar ou identificar uma situação de abuso sexual e de MT em geral, sendo com isto, uma forma elaborada de enfrentamento contra os MTI. A escola é um ambiente fértil na produção de transformações. Pais e outras pessoas ao redor da criança, utilizando plataformas on-line, mídia simples, materiais informativos atraentes, e gerenciamento de tabus também podem contribuir muito com o desenvolvimento saudável à saúde da criança em geral. A comunicação em si é uma via importante de transformação no contexto escolar, por este motivo, orientações contribuem no enfrentamento aos MTI (Dewi; Sitaresmi; Dewi, 2021).

Enxergar os ambientes tais como as escolas, assim como todos os que daquele contexto fazem parte, como os professores é muito importante para o desenvolvimento sadio de crianças na sociedade. Mas, para que as crianças sejam ouvidas e atendidas, a formação do profissional professor é essencial, e esta formação precisa ser suficientemente boa para que ele conheça os protocolos de identificação dos tipos de violência e esteja apto a comunicar a violência e encaminhar a questão, ainda sob o objetivo do enfrentamento aos MTI (Silva; Camargo, 2023).

Uma recente lei no Brasil de nº 14.679 de 18/09/2023, disponível na Publicação Original do Diário Oficial da União de 19/09/2023, foi inaugurada, alterando a Lei nº 9.394 – de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) – para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A recente lei indica atenção sobre a problemática, contudo, ainda se faz necessário desmembrar mais a respeito do tema (Brasil, 1990; Brasil, 1996; Brasil, 2023).

De acordo com o ponto de vista de Oliveira *et al.* (2022), já existe a concepção de que as crianças, além dos MT físicos e sexuais, também são violentadas muitas vezes pela ausência de assistência estatal. Essa negligência do Estado se caracteriza como uma forma de MT, no instante em que o Estado negligencia os cuidados às crianças, ao descumprir seus compromissos estabelecidos por lei, o que pode ser verificado, por exemplo, com a falta de

material escolar, a violência no entorno da escola e problemas estruturais. Para tratar dessas questões, é preciso manter uma posição de escuta atenta e uma observação contínua, já que a criança, possui um repertório verbal, geralmente, menor do que os adultos, o que dificulta eventuais queixas de MTI para profissionais e pessoas que não possuem uma capacitação para compreendê-las. Por conta disso, as crianças necessitam serem protegidas e se sentirem seguras ao redor dos adultos capacitados.

O reconhecimento do abuso infantil é frequentemente dificultado por sinais sutis ou ocultos, especialmente em casos de abuso psicológico, cujas marcas não são visíveis e podem passar despercebidas. Muitas vezes, as próprias vítimas escondem os indícios da violência, motivadas por medo, vergonha ou vínculos emocionais com o agressor. Esse cenário se agrava diante da falta de capacitação específica de profissionais como professores e clínicos gerais, que nem sempre estão preparados para identificar manifestações menos evidentes do abuso. A ausência dessa formação adequada contribui para o subdiagnóstico, atrasando a intervenção e colocando em risco a proteção e o bem-estar da criança (Rajan; Vati, 2021).

Nesse cenário, a atuação de profissionais capacitados e sensibilizados para identificar e intervir em situações de MTI é fundamental para garantir a proteção integral e minimizar o sofrimento da criança. Contudo, pesquisas indicam que nem sempre as práticas dos profissionais implicados no cuidado e na educação de crianças são direcionadas para o enfrentamento e a proteção dos MTI. O aumento do conhecimento sobre abuso sexual em crianças se encontra em 77,43%, assim, conscientização e autoproteção são necessárias, em programas educacionais, para melhorar as estratégias e a conscientização no cenário geral e indispensavelmente no contexto escolar (Kandi *et al.*, 2022).

O professor não se encontra descolado do corpo social e da responsabilidade, contudo, o dever não é somente dele, mas da sociedade em geral. Professores e funcionários da escola desempenham papéis cruciais de primeira linha na prevenção e identificação de MT, inclusive em casos de abuso sexual (CSA), uma vez que os alunos passam muito tempo na escola. Além disso, entre todas as figuras de autoridade, as crianças se mostram mais confiantes em conversar aos professores e conselheiros de orientação seus agravos (Madrid *et al.*, 2020).

É relevante que os professores ao desempenharem seu papel de educar as

crianças estejam atentos para protegê-las, considerando seu aspecto Bio-Psico-Ambiental. A saúde das crianças depende de ações que as respeitem e as protejam. Um ambiente educacional harmônico possui a capacidade de despertar a segurança e o acolhimento que as crianças necessitam em casos de MTI, e isto está sendo demandado sob o sofrimento de diversas crianças ao redor do mundo (Carpio, 2021).

Considerando essa questão, os professores como profissionais que trabalham diretamente com o público infantil, precisam estar habilitados, sadios e em condições adequadas para colaborar de forma ativa com a sociedade, ressaltando o alinhamento necessário com a lei que tem por finalidade garantir os direitos da criança. Uma forma de fazer isto é contribuindo com os professores, buscando auxiliá-los, oferecendo todos os subsídios necessários para que possam exercer seus deveres da maneira mais eficaz possível (Madrid *et al.*, 2020).

A colaboração entre professores e pesquisadores é importante para garantir uma resposta completa e eficaz à violência que afeta as crianças em todas as suas formas. Ao unirem suas habilidades, conhecimentos e recursos, pesquisadores e profissionais podem desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção, intervenção e apoio às vítimas de MTI. Essa abordagem colaborativa pode levar a resultados mais positivos e significativos para as crianças que enfrentam MTI, promovendo o bem-estar e protegendo seus direitos. Com isso, pesquisas sobre os MTI se tornam indispensáveis às necessidades educacionais de professores na prevenção dos MTI, devido a todos os benefícios apresentados (Solehati *et al.*, 2022).

É encorajador enxergar um aumento na colaboração e no interesse entre pesquisadores e profissionais que lidam contra os MTI em suas diversas formas. Além disso, é possível observar que os profissionais podem se beneficiar do acesso com treinamento e capacitação baseados em evidências fornecidas por pesquisadores, auxiliando-os a aprimorar suas habilidades na identificação, prevenção e resposta aos MTI (Wolfersteig, 2022).

Professores do Ensino infantil que deveriam proteger crianças acabam muitas vezes não conseguindo proteger, visto que, estes necessitam de capacitação correta para contribuir na busca pela identificação e notificação dos MTI, de forma que acabam por contribuir com a subnotificação e a perpetuação da violência. Por isso, existe a necessidade de uma formação e qualificação para os

professores de escolas infantis. E a fim de identificar os MTI, revela-se com uma nítida contribuição que os professores possuem no papel de cuidado frente à vida de crianças (Silva; Camargo, 2023).

Em razão da falta de evidências científicas, não se sabe ao certo se é melhor um treinamento de proteção à criança ou nenhum, ou um treinamento alternativo; o estudo de Walsh *et al.*, 2022 em questão dá o exemplo de um treinamento sobre sensibilidade cultural. Em resumo, para melhorar os relatos de MTI por professores são necessários estudos mais bem elaborados, a fim de mensurar os efeitos de um treinamento com um número maior de profissionais. Paralelamente a isso, o estudo também sugere que futuras pesquisas devam comparar intervenções de *e-learning* com presenciais.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa de literatura que utiliza em seu desenvolvimento, as seis etapas preconizadas na *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta Analyses* – PRISMA (Page *et al.*, 2020): elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa. A opção pela Revisão Integrativa se deu pelo fato de que este método possibilita a síntese de múltiplos estudos publicados e conclusões gerais acerca de um determinado tema de pesquisa (Moura *et al.*, 2024).

A Revisão Integrativa mostra como o conhecimento sobre um determinado tema de interesse se encontra. É um método de pesquisa que sintetiza o conhecimento a respeito de um tema, constituindo-se em uma ferramenta importante que nos permite melhorar os cuidados prestados no campo da saúde, tornando-se fundamental para conquistar um embasamento teórico mais aprofundado, a fim de que uma prática mais efetiva seja possível (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Neste estudo, foi utilizado o Software Rayyan, tendo em vista que, estudos indicam que usuários do Rayyan obtêm uma redução média de aproximadamente 40% no tempo destinado à triagem, quando comparado aos métodos tradicionais, sendo que 34% dos avaliadores relatam economias superiores a 50%. A plataforma emprega algoritmos de aprendizado de máquina para sugerir inclusão ou exclusão de estudos, o que acelera o processo sem prejuízo da sensibilidade, isto é, da capacidade de identificar adequadamente os materiais pertinentes. Evidências adicionais demonstram que o Rayyan é capaz de reconhecer automaticamente até 78% dos títulos relevantes, configurando-se como o software gratuito de maior sensibilidade entre os analisados (Valizadeh *et al.*, 2022).

4.1 ELABORAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA

Optou-se por definir a questão de pesquisa por meio da estratégia Population/Patient/Problem – fenômeno de Interest – Context, (PICO). O acrônimo é formado pelas letras “P” (população almejada) que neste estudo são professores de ensino fundamental; “I” (fenômeno de interesse), o enfrentamento dos MTI; e “Co”; (contexto) para as ações de enfrentamento dos MTI, o contexto

educacional (Souza, 2010). Dessa maneira, a pergunta norteadora desta pesquisa é: “Quais evidências científicas sobre estratégias de enfrentamento dos Maus-Tratos Infantis são utilizadas pelos professores do Educação Básica.

Quadro 1 – Estratégia PICO

Elementos	Estratégia	Contexto
P	Professores do Ensino Fundamental	Professores do Ensino Fundamental
I	Enfrentamento aos MTI	Maus-tratos infantis
Co	Escolas municipais estaduais de ensino fundamental	Escolas

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

4.2 BUSCA OU AMOSTRAGEM NA LITERATURA

De acordo com os critérios estabelecidos para este estudo, foram incluídos nesta RI estudos originais disponibilizados na íntegra em português, espanhol e inglês, de abordagem qualitativa, quantitativo e que mesclam qualitativa-quantitativo, dos tipos: ensaios experimentais, estudos experimentais, estudos de caso, estudos randomizados, Ensaio Clínico Randomizado (ECR), além de outros como relatos de experiências e, ainda, estudos dos tipos observacionais, longitudinais e transversais. Foram excluídos os estudos com resumo ou conteúdo indisponível na íntegra, estudos de revisão de meta análise, revisão sistemática, revisão de escopo, revisão narrativa, teses e dissertações. Justifica-se a exclusão destes estudos para manter o foco em evidências primárias (Royal Society, 2023; Stanley, Doucouliagos, 2022). Dos 24 resultados, teve-se (11) estudos quantitativos, (9) qualitativos, (4) quali-quantitativo.

4.3 DEFINIÇÃO E ACESSO ÀS FONTES DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

As buscas foram realizadas nas fontes: *Medical Literature and Retrieval System Online (MEDLINE)*, via *PubMed*; *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, por meio da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS); e *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *Educational Resources Information Center (ERIC)* Scopus, *Web of Science*, *American Psychological Association (APA) PsycInfo*. O acesso às fontes foi remoto, através da

Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

4.4 ESTRATÉGIAS DE BUSCA NAS BASES DE DADOS

Estratégias específicas para cada base de dados acessada foram elaboradas. Termos controlados e não controlados (Descritores em Ciência da Saúde, *Medical Subject Headings*, *Emtree*, palavras-chave) foram mapeados e combinados com os operadores *booleanos* “AND” “OR” e “NOT” conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Mapeamento de termos

	<i>Decs</i>	Sinônimos Português	<i>MeSH</i>	<i>Entry terms</i>
P	Professores Escolares	Professores de Ensino Fundamental Professor do Ensino Fundamental	<i>School Teachers</i>	<i>School Teacher Teacher, School Teachers, School Middle School Teachers Middle School Teacher School Teacher, Middle School Teachers, Middle Teacher, Middle School Teachers, Middle School Elementary School Teachers Elementary School Teacher School Teacher,</i>

				<i>Elementary School Teachers Elementary Teacher, Elementary School Teachers, Elementary School</i>
I	Habilidades de Enfrentamento	Capacidades de Enfrentamento Capacidades para Enfrentamento Comportamento de Enfrentamento Enfrentamento Enfrentamento Enfrentamento Antecipatório Enfrentamento Cognitivo Enfrentamento Comportamental Enfrentamento Construtivo Enfrentamento Primário Enfrentamento Proativo Enfrentamento Social Enfrentamento por Abordagem Estratégias de Enfrentamento Mecanismos de Adaptação Potencial de Enfrentamento Técnicas de Enfrentamento	<i>Coping Skills</i>	<i>Coping; Skill, Coping Coping Strategies Coping Strategy Strategy, Coping Coping Techniques Coping Technique Cognitive Coping Cognitive Copings Coping, Cognitive Behavioral Coping, Behavioral Approach Coping Coping, Approach Proactive Coping Coping, Proactive Social Coping Coping, Social Constructive Coping Coping, Constructive</i>

				<i>Primary</i> <i>Coping</i> <i>Coping,</i> <i>Primary</i> <i>Anticipatory</i> <i>Coping</i> <i>Coping,</i> <i>Anticipatory</i> <i>Coping</i> <i>Behavior</i> <i>Behavior,</i> <i>Coping</i> <i>Coping</i> <i>Behaviors</i> <i>Coping</i> <i>Potential</i>
Maus- Tratos Infantis	Abandono de Crianças Abandono de Menores Abandono Físico na Infância Abandono Infantil Abuso de Crianças Experiências de Abandono na Infância Experiências de Abuso na Infância Maus-Tratos de Menores Negligência com a Criança Negligência com Crianças Violência Infantil	<i>Child Abuse</i>	<i>Abuse, Child</i> <i>Child</i> <i>Maltreatment</i> <i>Maltreatment,</i> <i>Child Child</i> <i>Mistreatment</i> <i>Mistreatment,</i> <i>Child Child</i> <i>Neglect Neglec,</i> <i>Child</i> <i>Neglect</i> <i>Experiences,</i> <i>Childhood Child</i> <i>Neglect</i> <i>Experiences</i> <i>Child Neglect</i> <i>Experience</i> <i>Experience,</i> <i>Child Neglect</i> <i>Neglect</i> <i>Experience,</i> <i>Child Childhood</i> <i>Neglect</i> <i>Experiences</i> <i>Childhood</i> <i>Neglect</i> <i>Experience</i> <i>Experience,</i> <i>Childhood</i> <i>Neglect Neglect</i> <i>Experience,</i>	Maus-Tratos Infantis

			<i>Childhood Abuse Experiences, Childhood Abuse Experience, Childhood Childhood Abuse Experience Experience, Childhood Abuse Childhood Abuse Experiences Physical Neglect, Childhood Childhood Physical Neglect Childhood Physical Neglects Neglect, Childhood Physical Child Neglect, Physical Neglect, Physical Child Physical Child Neglect Physical Child Neglects</i>	
Co	Instituições Acadêmicas	Escolas Instituição Acadêmica Instituições de Ensino	Schools	<i>School Primary Schools Primary School School, Primary Schools, Primary</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Apresenta-se a seguir as estratégias de busca nas bases de dados acessadas (Quadro 3)

Quadro 3 – Estratégias de busca

Base de dados	Estratégias de buscas avançadas
MEDLINE	<p> <i>(School Teachers[MeSH Terms]) OR (School Teacher[Title/Abstract] OR Teacher, School[Title/Abstract] OR Teachers, School[Title/Abstract] OR Middle School Teachers[Title/Abstract] OR Middle School Teacher[Title/Abstract] OR School Teacher, Middle[Title/Abstract] OR School Teachers, Middle[Title/Abstract] OR Teacher, Middle School[Title/Abstract] OR Teachers, Middle School[Title/Abstract] OR Elementary School Teachers[Title/Abstract] OR Elementary School Teacher[Title/Abstract] OR School Teacher, Elementary[Title/Abstract] OR School Teachers, Elementary[Title/Abstract] OR Teacher, Elementary School[Title/Abstract] OR Teachers, Elementary School[Title/Abstract] AND ("Coping Skills"[MAJR] OR(Coping Skills[MeSH Terms]) OR (Coping Skill[Title/Abstract] OR Skill, Coping[Title/Abstract] OR Coping Strategies[Title/Abstract] OR Coping Strategy[Title/Abstract] OR Strategy, Coping[Title/Abstract] OR Coping Techniques[Title/Abstract] OR Coping Technique[Title/Abstract] OR Cognitive Coping[Title/Abstract] OR Cognitive Copings[Title/Abstract] OR Coping, Cognitive[Title/Abstract] OR Behavioral Coping[Title/Abstract] OR Coping, Behavioral[Title/Abstract] OR Approach Coping[Title/Abstract] OR Coping, Approach[Title/Abstract] OR Proactive Coping[Title/Abstract] OR Coping, Proactive[Title/Abstract] OR Social Coping[Title/Abstract] OR Coping, Social[Title/Abstract] OR Constructive Coping [Title/Abstract] OR Coping, Constructive[Title/Abstract] OR Primary Coping[Title/Abstract] OR Coping, Primary[Title/Abstract] OR Anticipatory Coping[Title/Abstract] OR Coping, Anticipatory[Title/Abstract] OR Coping Behavior[Title/Abstract] OR Behavior, Coping[Title/Abstract] OR Coping Behaviors[Title/Abstract] OR Coping Potential[Title/Abstract]) AND (child abuse[MeSH Terms])) OR (Child Maltreatment[Title/Abstract] OR Maltreatment, Child[Title/Abstract] OR Child Mistreatment[Title/Abstract] OR Mistreatment, Child[Title/Abstract] OR Child Neglect[Title/Abstract] OR Neglect, Child[Title/Abstract] OR Neglect Experiences, Childhood[Title/Abstract] OR Child Neglect Experiences[Title/Abstract] OR Child Neglect Experience[Title/Abstract] OR Experience, Child Neglect[Title/Abstract] OR Neglect Experience, Child[Title/Abstract] OR Childhood Neglect Experiences[Title/Abstract]</i> </p>

	<p><i>OR Childhood Neglect Experience[Title/Abstract] OR Experience, Childhood Neglect[Title/Abstract] OR Neglect Experience, Childhood[Title/Abstract] OR Abuse Experiences, Childhood[Title/Abstract] OR Abuse Experience, Childhood[Title/Abstract] OR Childhood Abuse Experience[Title/Abstract] OR Experience, Childhood Abuse[Title/Abstract] OR Childhood Abuse Experiences[Title/Abstract] OR Physical Neglect, Childhood[Title/Abstract] OR Childhood Physical Neglect[Title/Abstract] OR Childhood Physical Neglects[Title/Abstract] OR Neglect, Childhood Physical[Title/Abstract] OR Child Neglect, Physical[Title/Abstract] OR Neglect, Physical Child[Title/Abstract] OR Physical Child Neglect[Title/Abstract] OR Physical Child Neglects[Title/Abstract])) AND (school[MeSH Terms])) OR (Primary Schools[Title/Abstract] OR Primary School[Title/Abstract] OR School, Primary[Title/Abstract] OR Schools, Primary[Title/Abstract] NOT ((Adolescent[Title/Abstract])OR(Patient[Title/Abstract])OR(disease[Title/Abstract]) OR (illness[Title/Abstract]) OR (sickness[Title/Abstract]) OR (Health[Title/Abstract])OR (Game [Title/Abstract]) OR (Video Game [Title/Abstract]))</i></p>
LILACS	<p><i>("Professores Escolares" OR "Docentes" OR (professor* OR docente* OR "school teacher*" OR teacher* OR profesor* OR maestro*) AND ("Escolas" OR MH:"Ambiente Escolar" OR (escola* OR "elementary school" OR "primary school" OR "school environment") AND ("Maus-Tratos Infantis" OR "Abuso Infantil" OR "Negligência Infantil" OR ("child maltreatment" OR "child abuse" OR "child neglect" OR "abuso infantil" OR "maus-tratos" OR "maltrato infantil") AND ("denúncia" OR "notifica*" OR "notificação" OR "notificação obrigatória" OR "mandatory reporting" OR report* OR denúncia* OR "denounce" OR "reporting" OR "report to" OR "conselho tutelar" OR polícia OR "child protection" OR "serviço social" OR "ministério público" OR "referral" OR encaminh* OR "encaminhamento" OR "apoio" OR "acolh*" OR "apoio psicossocial" OR "escuta ativa" OR "safeguard*" OR "proteção" OR protocolo* OR capacita* OR treinamento* OR "formação continuada") NOT (bully* OR "bullying"))</i></p>
PSYCINFO	<p><i>Any Field: "Elementary School Teachers" OR Any Field: "Middle School Teachers" OR Any Field: "Junior High School Teachers" OR Any Field: teacher* OR Any Field: educator*) AND (Any Field: "Coping Behavior" OR Any Field: "Coping Style" OR Any Field: "Coping Strategies" OR Any Field: "Approach Avoidance" OR Any Field: "Coping Skills") AND (Any Field: "Child Abuse" OR Any Field: "Child Neglect" OR Any Field: "Child Sexual Abuse" OR Any Field: "Child Abuse Reporting" OR Any Field: "Domestic Violence" OR Any Field: "Exposure to Violence" OR Any Field: "Sexual Violence") AND (Any Field: "Elementary Schools" OR Any Field: "Junior High Schools" OR Any Field: school* OR Any Field: student*)</i></p>

ERIC	<i>(descriptor:"Elementary School Teachers" OR descriptor:Teachers OR "elementary teacher*" OR "primary school teacher*") AND (descriptor:Coping OR descriptor:"Child Abuse Reporting" OR descriptor:"Teacher Response" OR descriptor:"Crisis Intervention" OR "descriptor:Prevention OR (coping OR "coping strategies" OR "mandatory reporting" OR intervention* OR referral* OR strateg* OR safeguard* OR "teacher response" OR "child protection") AND (education level:"Elementary Education" OR descriptor:"Elementary Schools") NOT (descriptor: Bullying OR title:bully* OR abstract:bully*</i>
WEB OF SCIENCE	<i>("School Teachers" OR "Elementary School Teachers" OR (teacher* OR educator* OR "school staff" OR "school personnel" OR professor* OR docente*) AND ("Child Abuse" OR "Child Neglect" OR ("child abuse" OR "child neglect" OR "child maltreatment" OR "child mistreatment" OR "child protection" OR "maus-tratos infantis" OR "maltrato infantil"))AND ("Schools" OR (school OR "primary school" OR "elementary school" OR "basic education" OR "ensino fundamental" OR "educación básica") AND ("Coping Behavior" OR "Adaptation, Psychological" OR(coping OR "coping strategies" OR "coping skills" OR "coping mechanisms" OR "support strategies" OR "mandatory reporting" OR notification OR "reporting abuse" OR safeguarding OR "supporting children" OR "apoio" OR "acolhimento" OR "apoio psicossocial" OR "escuta ativa" OR "denúncia" OR "denunciar" OR "capacitação" OR "formação continuada")NOT (adolescent* OR patient* OR disease OR illness OR sickness OR game OR "video game")</i>
SCOPUS	<i>("school teacher*" OR "elementary school teacher*" OR teacher* OR educator* OR "school staff" OR "school personnel" OR professor* OR docente*) AND (coping OR "coping strategies" OR "coping skills" OR "coping mechanisms" OR "support strategies" OR "mandatory reporting" OR notification OR "reporting abuse" OR safeguarding OR "supporting children" OR "apoio" OR "acolhimento" OR "apoio psicossocial" OR "escuta ativa" OR "denúncia" OR "denunciar" OR "capacitação" OR "formação continuada") AND ("child abuse" OR "child neglect" OR "child maltreatment" OR "child mistreatment" OR "child protection" OR "maus-tratos infantis" OR "maltrato infantil")AND (school OR "primary school" OR "elementary school" OR "basic education" OR "ensino fundamental" OR "educación básica")</i>

SCIELO	<p><i>("School Teachers" OR mh:"Elementary School Teachers" OR tw:(teacher* OR educator* OR "school staff" OR "school personnel" OR professor* OR docente*))AND ("Child Abuse" OR "Child Neglect" OR ("child abuse" OR "child neglect" OR "child maltreatment" OR "child mistreatment" OR "child protection" OR "maus-tratos infantis" OR "maltrato infantil"))AND ("Schools" OR (school OR "primary school" OR "elementary school" OR "basic education" OR "ensino fundamental" OR "educación básica"))AND ("Coping Behavior" OR "Adaptation, Psychological" OR(coping OR "coping strategies" OR "coping skills" OR "coping mechanisms" OR "support strategies" OR "mandatory reporting" OR notification OR "reporting abuse" OR safeguarding OR "supporting children" OR "apoio" OR "acolhimento" OR "apoio psicossocial" OR "escuta ativa" OR "denúncia" OR "denunciar" OR "capacitação" OR "formação continuada"))NOT (adolescent* OR patient* OR disease OR illness OR sickness OR game OR "video game")</i></p>
---------------	---

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

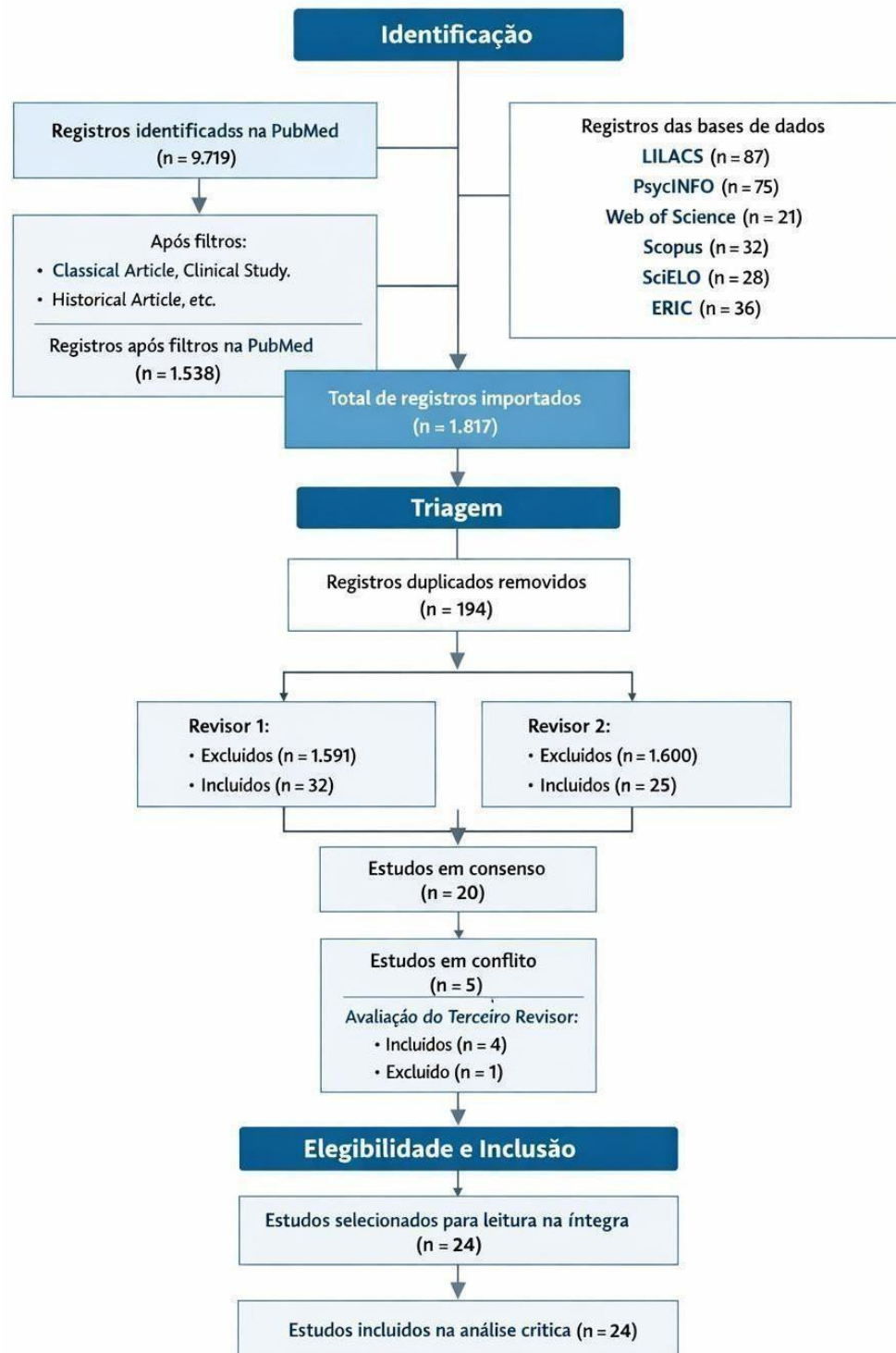
5 COLETA DE DADOS

5.1 SELEÇÃO E TRIAGEM DOS ESTUDOS

A busca foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2025, sem recorte temporal. Com a estratégia de busca definida na PubMed, foram inicialmente identificados (9.719) estudos, aplicando-se os filtros *Classical Article*, *Clinical Study*, *Evaluation Study*, *Historical Article*, *Multicenter Study*, *Newspaper Article*, *Observational Study*, *Validation Study* e *Humans*, foi possível refinar os resultados, obtendo-se (1.538) estudos. Nas demais bases de dados foram exportados (87) estudos na LILACS; (75) na PsycINFO; (21) na *Web of Science*; (32) na Scopus; (28) na SciELO; e (36) na ERIC. No total, foram importados (1817) estudos com 194 duplicados, contabilizando o total de (1.623) estudos para a seleção dos revisores, após a exclusão dos duplicados.

A leitura de títulos e resumos dos (1.623) estudos se deu com um revisor, um duplo revisor e um juiz. Assim, realizou-se a seleção de modo independente, sem que um revisor tivesse acesso à seleção do outro, a fim de não haver influência nas decisões de ambos no momento da seleção dos estudos. O revisor 1 excluiu (1.591) estudos e incluiu (32), o revisor 2 excluiu (1.600) estudos e incluiu (25). (20) estudos entraram em consenso entre os dois revisores. Em conflito, teve-se (5), os quais foram revisados por um terceiro revisor que incluiu (4) estudos e excluiu (1). Para a leitura final na íntegra teve-se o total de (24) estudos. Após a leitura, os mesmos (24) estudos mantiveram-se para a realização da análise crítica nesta RI.

FLUXOGRAMA



A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Na primeira, procedeu-se à organização dos estudos em uma matriz de síntese, contemplando identificação, objetivo, delineamento e principais resultados dos estudos incluídos. Na segunda etapa, realizou-se a análise temática dos conteúdos relacionados às estratégias de enfrentamento dos MTI no contexto escolar. Para isso, os resultados dos estudos foram submetidos a leitura exaustiva, codificação e agrupamento em categorias que expressam entre outras coisas, as formas de identificação, notificação, prevenção e manejo dos casos, bem como as barreiras emocionais, legais e institucionais vivenciadas pelos professores.

Foi verificado, também, o nível de evidência dos estudos incluídos, de acordo com o tipo de delineamento de pesquisa. Para tanto, adotou-se uma hierarquia composta por seis níveis, de acordo com Padoin e Galvão (2018). O nível 1 corresponde a metanálises e ensaios clínicos randomizados, que não foram identificados na amostra deste estudo. O nível 2 abrange estudos experimentais com delineamento controlado, enquanto o nível 3 contempla pesquisas quase-experimentais, nas quais há intervenção, mas sem randomização plena. O nível 4 inclui estudos quantitativos descritivos e correlacionais, geralmente conduzidos com delineamento transversal. O nível 5 engloba pesquisas qualitativas de natureza exploratória, fenomenológica ou descritiva, baseadas em entrevistas, grupos focais e análise temática. Por fim, o nível 6 corresponde a estudos documentais e trabalhos baseados em análise de registros e prontuários.” Com base nessa hierarquia, os artigos incluídos nesta revisão foram classificados conforme o delineamento descrito pelos autores e estão apresentados a seguir.

Quadro 4 – Níveis de Evidência

Nível de Evidência	Tipo de Estudo
Nível 2	Estudo experimental/quase-experimental (ensaios, intervenções com grupo controle ou medidas pré-pós).
Nível 3	Estudo quantitativo quase-experimental ou comparativo, sem randomização plena, mas com algum controle (quase-experimentos, surveys com manipulação de vinhetas).
Nível 4	Estudos quantitativos descritivos, transversais, surveys e estudos correlacionais.
Nível 5	Estudos qualitativos (fenomenológicos, exploratórios, análise temática, entrevistas, grupos focais)
Nível 6	Estudos documentais, estudos de caso únicos, opinião de Especialistas..

Fonte: elaborado pela autora, (2025).

6 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Quadro 5 – Caracterização dos Estudos

Estudo (E)- Título	Autor/Ano	Objetivo	Delineamento	Resultados	Nível Evi- dên- cia
E-01: Evaluation of a school- based sexual abuse prevention program: cognitive and emotional effects -	Bin- der; Mcnie l; 1987.	Avaliar um programa de prevenção ao abuso sexual infantil, em ambiente escolar	Estudo quantitativo, quase-experimen- tal, de intervenção e avaliação.	O programa de prevenção ao abuso sexual infantil foi eficaz e produziu efeitos positivos nas crianças, pais e professores participantes. As análises mostraram um aumento significativo no conhecimento das crianças sobre estratégias de enfrentamento e autoproteção diante de situações potencialmente abusivas; Os pais passaram a ter uma percepção mais precisa acerca do que seus filhos sabiam sobre o tema e relataram conversar com maior frequência sobre o MT de abuso sexual após a intervenção. No que concerne aos possíveis efeitos emocionais negativos, tanto professores quanto pais não observaram sinais de sofrimento ou angústia nas crianças, e estas relataram sentir-se mais seguras e capazes de se proteger.	2-3
E-02: « <i>Everything Is Changing, We Need to Adapt</i> »: <i>Between Tradition and Modernity— Educators Coping with Child Sexual Abuse</i>	Si- gad, 2024	Investigar as experiências de professores árabes drusos em Israel ao lidarem com casos de ASI entre seus alunos e o significado que eles atribuem ao ASI no contexto de mudança sociocultural.	Pesquisa Qualitativa, realizada com 12 professoras drusas do ensino fundamental. Todos os participantes ensinaram em escolas localizadas em aldeias drusas, onde os filhos de famílias drusas constituem a maioria do corpo discente.	O estudo traz o significado único e particular da fé cristã e dos valores da comunidade sociocultural quando confrontada com MTI. De acordo com o estudo a fé cristã contribui levando os professores árabes cristãos a desenvolver resiliência.	5

<p>E-03: <i>“We Try to Fix Things Quietly, and We Do Not Take Revenge”: Christian Arab Teachers’ Experiences Coping with Child Sexual Abuse Among Their Pupils in Israel</i></p>	<p>Sigad, 2023</p>	<p>Analisar as experiências de professores árabes em Israel que enfrentam a CSA em seu cotidiano de trabalho.</p>	<p>Estudo qualitativo de abordagem fenomenológico realizado com 30 professoras árabes que trabalham no sistema escolar árabe em Israel.</p>	<p>A estratégia de enfrentamento dos s MTI é agir como um herói solitário; com o o potencial de promover o desenvolvimento de uma cultura secundária dentro da escola para inaugurar a mudança cultural no enfrentamento aos MTI.</p>	<p>5</p>
<p>E-04: <i>Keeping Children Safe in Out-of-School- Hours Care: Perceptions of Staff and Managers of One Provider in Sydney, Australia</i></p>	<p>Hadley <i>et al.</i>, 2021.</p>	<p>Explorar as percepções sobre abuso infantil e questões de proteção à criança envolvendo funcionários que atuam no setor de cuidados fora do horário escolar (OSHC).</p>	<p>Dados quantitativos e qualitativos foram coletados por meio de um questionário online, grupo focal e entrevistas com funcionários e gestores de uma organização que presta serviços de OSHC em Sydney, Austrália</p>	<p>As estratégias de enfrentamento dos maus-tratos infantis, incluindo a implementação das exigências de notificação obrigatória, seguindo protocolos legais relacionados a “dano significativo” e “conduta passível de notificação”. Eles realizam observação e monitoramento contínuo das crianças para identificar sinais de abuso ou negligência, e mantêm cooperação e comunicação estreita com professores e gestores escolares, garantindo informações precisas sobre possíveis casos. Os profissionais também fazem registro detalhado de incidentes e preocupações, buscam treinamento e capacitação adicionais diante da inadequação do treinamento disponível, e promovem relacionamentos seguros e de confiança com as crianças, permitindo perceber e relatar sinais de abuso. Além disso, adotam medidas preventivas internas, integrando práticas de proteção infantil no cotidiano do serviço, a fim de reduzir riscos e apoiar o bem-estar das crianças.</p>	<p>4</p>

<p>E-05: <i>Child maltreatment as reported in a survey of the parents and teachers of primary school- aged children in Tonga</i></p>	<p>Langridge et al., 2021.</p>	<p>Descrever as percepções de cuidadores e professores sobre os maus- tratos infantis em Tonga, investigando aspectos de parentalidade, exposição das crianças à violência, negligência e abuso infantil</p>	<p>Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal.</p>	<p>Segundo o estudo, os professores enfrentam os MTI por meio de diversas estratégias. Eles realizam uma avaliação cuidadosa de cada situação suspeita, observando sinais de alerta específicos de abuso físico e negligência, considerando frequência, gravidade e contexto. Quando identificam indícios de maus-tratos, notificam formalmente às autoridades competentes, cumprindo as obrigações legais de comunicação. As decisões são fundamentadas nas características de cada caso, que se mostraram o principal fator influenciando a detecção e o relato. Além disso, os professores participam de programas de educação contínua e treinamento, aprimorando seus conhecimentos sobre sinais de abuso, formas adequadas de responder às vítimas e procedimentos de notificação, fortalecendo sua capacidade de agir com precisão e segurança. Os resultados indicaram que tanto pais quanto professores em Tonga relataram a ocorrência de maus-tratos infantis, incluindo práticas de punição física e negligência. O estudo revelou que tais práticas ainda são culturalmente aceitas em parte da comunidade, o que contribui para a sua persistência. Além disso, destacou-se a necessidade urgente de estratégias educativas e políticas públicas voltadas para a conscientização e prevenção dos maus-tratos, com ênfase na proteção dos direitos das crianças.</p>	<p>4</p>
---	--------------------------------	--	---	---	----------

<p>E-06: <i>Overreporting and underreporting of child abuse: Teachers' use of professional discretion</i></p>	<p><i>Webster et al., 2005.</i></p>	<p>Apresentar as discrepâncias entre o reconhecimento e a notificação de abuso infantil por professores,</p>	<p>Estudo Quantitativo, do tipo survey utilizando um desenho de levantamento fatorial (factorial survey design).</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos maus-tratos infantis identificadas no estudo incluíram o reconhecimento dos sinais de abuso por meio da análise das vinhetas de casos, o julgamento sobre a probabilidade de denúncia de cada situação suspeita, a avaliação sistemática das características do caso, do professor e da escola para orientar a ação adequada, e o uso de descrição para diferenciar casos que exigem notificação imediata daqueles menos claros, evitando tanto a sobre notificação quanto a subnotificação.</p>	<p>3-4</p>
<p>E-07: <i>Lessons on Child Protection: A Survey of Newly Qualified Primary-Level Teachers in Ireland</i></p>	<p>Kathryn; Buckle y, 2013.</p>	<p>Analisar a aplicação das diretrizes oficiais de proteção à criança nas escolas irlandesas, com base no conhecimento e percepção relatados por uma amostra de professores recém-formados,</p>	<p>Estudo qualitativo, descritivo e exploratório.</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos maus-tratos infantis identificadas no estudo incluíram a indução às práticas de proteção à criança ao assumir o emprego na escola, garantindo que os professores conhecessem os procedimentos básicos; o conhecimento sobre a figura de contato designada, responsável por orientar e apoiar na identificação e notificação de suspeitas de abuso; a aplicação das políticas e procedimentos de proteção à criança da escola, incluindo a notificação de suspeitas de abuso; e a padronização das práticas escolares, recomendada pelos autores como forma de fortalecer o papel dos professores e aumentar sua confiança no enfrentamento de situações de abuso.</p>	<p>5</p>

<p>E-08: <i>Teachers' recognition and reporting of child abuse: A factorial survey</i></p>	<p>Gol-dman, 2008.</p>	<p>Determinar o efeito das características do caso, do professor e da organização do ambiente escolar no reconhecimento o e notificação de abuso infantil.</p>	<p>Estudo quantitativo, experimental e descritivo Realizado com 480 professores, que responderam a vinhetas de casos de abuso infantil com características sistematicamente manipuladas. Análise por regressão linear múltipla infantil.</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos maus-tratos infantis identificadas no estudo envolveram o reconhecimento criterioso dos casos de abuso pelos professores, considerando o tipo e a gravidade do abuso, o comportamento da vítima e a psicologia do agressor; o uso da discricção na notificação, garantindo que as denúncias fossem feitas de maneira responsável; a observação contínua do comportamento das crianças e do contexto escolar, permitindo identificar sinais de abuso mesmo em casos menos graves; e a aplicação de procedimentos padronizados de notificação, conforme exigido pelos Serviços de Proteção à Criança, para assegurar que os casos reconhecidos fossem reportados de forma adequada.</p>	<p>3-4</p>
<p>E-09: <i>Missing Data, Complex Processes and Differing Contexts: A Case File Analysis of School Staff's Involvement in Child Protection Cases for Concerns of Neglect</i></p>	<p>Sharley, 2022.</p>	<p>Compreender o nível de envolvimento o dos funcionários escolares em escolas primárias e secundárias regulares quando crianças são incluídas em um plano de proteção à infância na categoria de negligência.</p>	<p>O estudo é quantitativo e qualitativo, descritivo e exploratório. utilizou um questionário anônimo e confidencial aplicado a 52 professores estagiários do último semestre do curso de Bacharelado em Educação (Ensino Fundamental) em Queensland, Austrália, para avaliar conhecimento, confiança e compreensão sobre as diretrizes de denúncia obrigatória de abuso sexual.</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos MTI identificadas no estudo envolveram a capacitação dos futuros professores sobre as diretrizes comportamentais e legais do Departamento de Educação para a denúncia obrigatória de abuso sexual infantil, o desenvolvimento do conhecimento sobre sinais de abuso para identificar situações de risco, o fortalecimento da confiança dos professores estagiários para agir corretamente ao detectar casos suspeitos, e a compreensão das responsabilidades éticas e legais associadas à denúncia, garantindo que os futuros docentes estejam adequadamente preparados para cumprir essas obrigações em sua prática profissional.</p>	<p>6</p>

<p>E-10: <i>Student teachers' understanding of policy behavioura directives l concerning the reporting of child sexual abuse: findings from one Australian state.</i></p>	<p>Goldman; Grimbee, 2008.</p>	<p>Avaliar o conhecimento e a confiança de alunos de licenciatura em Educação (Ensino Fundamental) sobre as diretrizes comportamenta is do Departamento de Educação de Queensland política de notificação obrigatória de abuso sexual infantil.</p>	<p>Estudo quantitativo e qualitativo, descritivo e exploratório, que utilizou um questionário anônimo e confidencial aplicado a 52 professores estagiários do último semestre do curso de Bacharelado em Educação Ensino Fundamental Educação em Queensland, Austrália, para avaliar seu conhecimen-to e confiança sobre as diretrizes de denúncia obrigatória de abuso sexual infantil</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos maus-tratos infantis identificadas no estudo envolveram principalmente a capacitação e formação inicial dos futuros professores sobre as diretrizes comportamentais e legais do Departamento de Educação para a denúncia obrigatória de abuso sexual infantil. O estudo também destacou a importância do desenvolvimento do conhecimento dos docentes sobre sinais de abuso, do fortalecimento da confiança dos professores estagiários para agir adequadamente e da compreensão das responsabilidades éticas e legais associadas à denúncia, garantindo que os futuros professores estejam preparados para cumprir essas obrigações em sua prática profissional.</p>	<p>4</p>
<p>E-11: <i>Preventing harmful sexual behavior in primary schools: Barriers and solutions</i></p>	<p><i>Draugedalen; Kleive; Grov, 2021.</i></p>	<p>Explorar e identificar as barreiras à prevenção do comportamento sexual de risco no ensino fundamental e possíveis soluções para essas barreiras identificadas.</p>	<p>Estudo qualitativo, realizado com 19 informantes de seis escolas da Noruega.</p>	<p>As estratégias de enfrentamento aos MTI identificadas no estudo envolveram principalmente a identificação de sinais e sintomas de abuso e negligência infantil pelos professores, bem como a denúncia ou notificação de casos de abuso, embora a maioria dos docentes ainda não tenha realizado tais ações. O estudo destacou a importância de capacitação e treinamento em leis e procedimentos de denúncia de abuso infantil, preparando os professores para agir de forma adequada. Os profissionais utilizam seu conhecimento prévio e experiência profissional para avaliar situações de risco e decidir sobre os encaminhamentos necessários, evidenciando a necessidade de fortalecer a formação docente para o enfrentamento efetivo dos MTI.</p>	<p>5</p>

<p>E-12: <i>Trapped in a Maze: Arab Teachers in Israel Facing Child Sexual Abuse Among Their Pupils</i></p>	<p>Küçükaydin; Ulum; Sayici, 2023.</p>	<p>Analisar as experiências de professoras árabes em Israel que lidam com casos de abuso sexual infantil (CSA) em seu trabalho cotidiano, Investiga como seus papéis profissionais e os códigos culturais em que estão inseridas interagem, gerando conflitos e desafios na detecção, intervenção e prevenção do abuso sexual infantil.</p>	<p>Estudo qualitativo exploratório, que utiliza-se de entrevistas semiestruturadas com 30 professoras que atuam no sistema escolar árabe em Israel. Os dados foram submetidos à análise temática</p>	<p>Estratégias de enfrentamento aos MTI utilizadas no cotidiano escolar: a ação individual e proativa, assumindo papéis de “herói solitário” para proteger e apoiar os alunos quando não há suporte coletivo na escola. Elas também praticam a mediação entre normas culturais e profissionais, equilibrando a proteção da honra e reputação com suas responsabilidades de cuidado e apoio às crianças. O suporte emocional e empático é outra estratégia central, proporcionando atenção, escuta e acolhimento às vítimas diante de dilemas e conflitos internos. Além disso, as educadoras recorrem à adaptação criativa de práticas pedagógicas, buscando formas de intervenção que respeitem o contexto cultural e contribuam para a prevenção e resposta ao abuso sexual infantil. Por fim, há esforços para o fomento de mudanças culturais secundárias dentro da escola, visando criar uma cultura mais favorável à proteção infantil.</p>	<p>5</p>
--	--	---	--	---	----------

<p>E-13: <i>"I felt like I was thrown into a deep well": Educators coping with child sexual abuse disclosure"</i></p>	<p>Te- ner; Si- gad, 2019 ..</p>	<p>Analisar e descrever as experiências de educadores israelenses lidando com a denúncia de abuso sexual infantil</p>	<p>Estudo qualitativo, descritivo e exploratório, que utilizou entrevistas semiestruturadas com 20 educadores israelenses.</p>	<p>Os educadores utilizaram três principais estratégias de enfrentamento diante da revelação de casos de abuso sexual infantil. A primeira, denominada "lone rider", consiste em tentar lidar sozinho com a situação, desenvolvendo mecanismos próprios de enfrentamento. A segunda, chamada "layperson", caracteriza-se pela percepção de falta de conhecimento ou habilidade para lidar com o caso, levando o educador a se sentir despreparado. A terceira, conhecida como "buck-passer", envolve a transferência rápida da responsabilidade para outros profissionais ou autoridades competentes. Essas estratégias refletem diferentes formas de lidar com o impacto emocional, profissional e pessoal da experiência, evidenciando sentimentos de solidão e a necessidade de suporte institucional adequado.</p>	<p>5</p>
<p>E-14: <i>How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study</i></p>	<p>S- chol s; Ru- iter; Öry, 2013</p>	<p>Investigar os comportamentos de detecção e notificação de abuso infantil entre profissionais da linha de frente na Holanda, especificamente identificando: como o conhecimento, atitude, autoeficácia, habilidades, influências sociais e barreiras que influenciam esses comportamentos.</p>	<p>Estudo qualitativo, exploratório. Foram realizadas entrevistas em grupo focal com 16 professores do ensino fundamental e 17 médicos e enfermeiros de saúde pública infantil. Os dados foram submetidos à análise temática.</p>	<p>De acordo com o estudo, os professores do ensino fundamental utilizam diversas estratégias de enfrentamento diante de casos suspeitos de abuso infantil. Primeiramente, eles buscam reconhecer sinais e riscos por meio de observações cuidadosas das crianças. Além disso, enfrentam lacunas de conhecimento específico e, portanto, procuram capacitação e recursos que os auxiliem na detecção e abordagem adequada. Outra estratégia envolve o recorrimto a colegas ou autoridades, buscando orientação e suporte institucional para a tomada de decisões. Por fim, adotam práticas cautelosas na comunicação com crianças e familiares, a fim de proteger a vítima e não comprometer investigações em andamento. Essas</p>	<p>5</p>

				estratégias evidenciam a necessidade de apoio contínuo, treinamento e ferramentas práticas para que os professores possam atuar de forma mais segura e eficaz na identificação e manejo de casos de MTI.	
E-15: Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo	Walsh, 2008	Investigar a capacidade de identificação de situações de maus tratos domésticos em escolas e como se dá o encaminhamento deste problema no âmbito escolar.	Estudo quantitativo, com uma amostra de 90 profissionais da educação, 10 diretores e 80 professores de 10 escolas públicas do Município de São Paulo, que responderam a um questionário previamente elaborado.	Estes profissionais conseguem identificar várias situações características de maus tratos domésticos, mas não são capazes de solucionar adequadamente estes casos, pois procuram orientar os pais em vez de encaminhá-los aos serviços de proteção à criança e ao adolescente. Este procedimento pode colocar ainda mais em risco a integridade das vítimas. A temática da violência doméstica é tratada com receio no ambiente escolar e os profissionais da educação ainda se mostram despreparados para abordar esta questão.	4

<p>E-16: <i>Case, teacher and school characteristics influencing teachers' detection and reporting of child physical abuse and neglect: results from an Australian survey</i></p>	<p>Walsh, 2008.</p>	<p>Identificar a influência de múltiplas características relacionadas ao caso, ao professores e à escola sobre a propensão de professores do ensino fundamental australianos em detectar e notificar casos de abuso físico e negligência infantil, utilizando vinhetas como situações hipotéticas breves.</p>	<p>Estudo quantitativo, descrito e observacional, com desenho correlacional, que utilizou um questionário auto declarado, respondido por 254 professores do ensino fundamental australianos.</p>	<p>De acordo com o estudo de Walsh et al. (2008), os professores enfrentam situações de abuso físico e negligência infantil adotando estratégias que se baseiam principalmente em três fatores: a atenção às características do caso, incluindo tipo, frequência e gravidade do abuso; o cumprimento das obrigações legais de notificação, que orienta a ação do docente; e, em menor grau, a formação profissional e o contexto escolar, que podem facilitar ou dificultar a detecção e o relato. Essas estratégias evidenciam que a tomada de decisão dos professores em relação aos maus-tratos infantis é complexa e depende tanto da avaliação objetiva do caso quanto da compreensão das normas legais e das condições institucionais em que atuam.</p>	<p>3-4</p>
<p>E-17: Como os professores percebem a violência intrafamiliar</p>	<p>Souza, 2020</p>	<p>Compreender como os professores dos anos iniciais percebem a repercussão da violência intrafamiliar no desenvolvimento de seus alunos.</p>	<p>Estudo qualitativo que entrevistou 6 professoras, sendo três participantes de um projeto de capacitação sobre violência intrafamiliar e três que não participam. Todos com mais de dois anos de experiência e residentes em Santa Maria - RS</p>	<p>Quanto às estratégias de enfrentamento adotadas pelas professoras, observou-se que elas incluem a investigação da situação, a comunicação do caso à escola e o contato com os conselhos tutelares. Além disso, destacam a importância de observar o impacto da violência no desenvolvimento infantil, especialmente nas relações entre os pares, e de tomar decisões fundamentadas na experiência e no conhecimento adquirido, independentemente da participação em projetos de capacitação. Essas ações evidenciam que as professoras buscaram intervir de forma proativa e responsável, mesmo diante de limitações estruturais e da complexidade da</p>	<p>5</p>

				violência intrafamiliar, visando proteger a criança e garantir seus direitos.	
E-18: Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo	Vagostello, 2003	Verificar as práticas adotadas por escolas públicas e privadas ao identificar casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes.	. Pesquisa quantitativa, que utilizou questionários aplicados a 149 profissionais da educação em 17 escolas públicas e privadas da cidade de São Paulo.	De acordo com Vagostello (2003), os professores adotam estratégias de enfrentamento dos maus-tratos infantis que incluem a identificação das situações de violência doméstica envolvendo os alunos, a conversa e orientação com os pais dentro da escola, e o registro das ocorrências em livros de registro da instituição. Entretanto, o encaminhamento a autoridades competentes, como o Conselho Tutelar, ocorre de forma limitada. Observou-se ainda que a violência doméstica é tratada de maneira similar a outros problemas escolares, priorizando soluções internas e imediatas. Esses achados indicam que os profissionais da educação não estão plenamente preparados para lidar com a violência infantil, adotando estratégias indiretas e pontuais, e evidenciam a necessidade de capacitação específica e protocolos claros para aumentar a efetividade da proteção às crianças e adolescentes	4

<p>E-19: <i>Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools</i></p>	<p>.Hawkins, 2001</p>	<p>Investigar se o programa de Treinamento em Notificação Obrigatória (Mandated Notification Training) do Departamento de Educação da Austrália do Sul atingiu os objetivos Declarados</p>	<p>Estudo quantitativo, experimental, comparativo que utilizou um desenho de grupos independentes com três amostras, aplicando questionários a 41 professores e funcionários escolares que haviam recentemente concluído treinamento. Pessoas que não haviam participado do treinamento; e 73 participantes que haviam concluído o treinamento há alguns anos.</p>	<p>De acordo com o estudo “<i>Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools</i>”, os professores adotam diversas estratégias de enfrentamento dos MTI, incluindo a capacidade de reconhecer indicadores de abuso, a compreensão de suas responsabilidades legais de notificação e a resposta adequada às denúncias feitas pelas crianças, garantindo um atendimento seguro e sensível. O treinamento aumentou a confiança dos professores na tomada de decisão, possibilitando que realizem notificações formais de forma responsável, além de promover maior aceitação da gravidade e incidência do abuso infantil. Observou-se, no entanto, que alguns professores ainda apresentam uma discrepância entre o nível de evidência exigido por lei e o nível necessário para se sentirem seguros, o que pode levar a subnotificação ou decisões discricionárias. Dessa forma, as estratégias de enfrentamento envolvem tanto a aplicação correta dos procedimentos legais quanto o desenvolvimento de julgamento profissional e segurança na atuação frente a casos de abuso infantil.</p>	<p>2-3</p>
<p>E- 20: Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil</p>	<p>Brino, 2003.</p>	<p>Caracterizar as informações de 20 educadoras de escolas municipais de educação infantil possuem sobre o abuso sexual de crianças, em uma cidade de médio porte.</p>	<p>Estudo qualitativo descritivo.</p>	<p>Os resultados do estudo de McNiel (1987) indicaram que o programa escolar de prevenção ao abuso sexual infantil produziu efeitos positivos significativos entre os participantes. Após a intervenção, verificou-se um aumento expressivo no conhecimento das crianças acerca de estratégias de enfrentamento e prevenção em situações potencialmente abusivas. Observou-se também, que os pais passaram a ter uma percepção mais</p>	<p>5</p>

				<p>acurada sobre o nível de conhecimento de seus filhos em relação ao tema. Houve também aumento significativo na frequência com que os pais relataram conversar com as crianças sobre abuso sexual, evidenciando o fortalecimento do diálogo familiar sobre o assunto. Tanto os professores quanto os pais não identificaram sinais sofrimento emocional nas crianças após a participação no programa. De modo complementar, as próprias crianças relataram sentir-se mais seguras e mais capazes de lidar com situações de risco após a atividade. De forma geral, os resultados demonstram que o programa foi eficaz na promoção do conhecimento preventivo e do diálogo familiar, sem ocasionar impactos emocionais negativos nos participantes.</p>	
<p>E-21: <i>Efficacy of a school-based primary prevention program for coping with exposure to political violence</i></p>	<p>Slo- ne, 2008</p>	<p>Avaliar a eficácia de um programa de intervenção escolar baseado em fatores de resiliência — mobilização de apoio social, autoeficácia e atribuição de significado na redução do sofrimento psicológico de crianças expostas à violência política em Israel.</p>	<p>Ensaio experimental experimental com desenho de medidas repetidas (pré e pós-intervenção).</p>	<p>Quase-experimental com desenho de medidas repetidas (pre e post-intervenção), pois busca avaliar mudanças em fatores de resiliência e sofrimento psicológico antes e depois do programa, com grupo de intervenção e grupo controle.</p>	<p>2-3</p>

E -22: Violência Sexual Infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente	Cunha, 2023.	Analisar o nível de conhecimento de professores da rede básica de ensino sobre violência sexual infantil.	Estudo de caráter qualitativo, de intervenção educacional e descritivo.	A pesquisa indicou baixo conhecimento prévio dos professores sobre violência sexual infantil, demonstrando interesse e reconhecimento da importância do tema durante o minicurso, e evidenciou a necessidade de incluir a temática na formação inicial docente.	4
E-23: <i>When educators confront child abuse: an analysis of the decision to report</i>	El-sevi-er, 2008.	Investigar como os educadores reconhecem e relatam o abuso infantil.	Estudo quantitativo, descritivo e comparativo, com delineamento transversal que utilizou cenários hipotéticos para investigar as diferenças na percepção e notificação de abuso infantil entre diferentes profissionais da educação.	O estudo mostrou que, apesar dos educadores conhecerem as leis e a importância da notificação, há ainda diferenças no reconhecimento e na disposição de relatar conforme o tipo de MT e o papel profissional, apontando a necessidade de maior capacitação e revisão de políticas escolares e sociais.	3-4
E-24: <i>"I Need to Be the Person Who Will Know to do the Right Thing": Perspectives of Arab and Jewish Teachers Confronting Child Sexual Abuse</i>	Si-gad; Te-ner, 2023.	Analisar, comparar e descrever as experiências e percepções de professores judeus e árabes em Israel ao lidarem com casos de abuso sexual infantil no trabalho diário, considerando como suas crenças e comportamentos são influenciados pelo contexto sociocultural e status como membros de grupos majoritários ou minoritários.	Estudo qualitativo, que utilizou entrevistas semiestruturadas com 40 professores do ensino fundamental (20 árabes e 20 judeus). Os dados foram submetidos a análise temática, utilizando uma abordagem fenomenológica psicológica descritiva.	Os resultados revelam que, embora árabes e judeus compartilhem valores semelhantes na proteção infantil, diferem significativamente em suas percepções de papel, responsabilidade e eficácia ao lidar com abuso sexual infantil. Professores árabes tendem a atuar de forma mais independente, enquanto professores judeus se percebem mais integrados em um trabalho colaborativo. Essas diferenças refletem a influência dos contextos socioculturais e profissionais na interpretação e nas respostas aos casos de abuso.	5

Fonte: elaborado pela autora.

Com base na caracterização dos estudos apresentados no Quadro 5, um total de 24 pesquisas identificadas de E-01 a E-24 foram incluídas nesta revisão, sendo 10 (41,7%) de abordagem qualitativa; 10 (41,7%) quantitativos e 4 (16,7%) do tipo que integra abordagens qualitativas e quantitativas. No que diz respeito à linha do tempo das publicações, nota-se uma maior concentração na produção científica recente, sendo que o ano de 2023 destaca-se como o de maior densidade, concentrando 16,6% do total de estudos (4 artigos). De forma geral, observa-se que a grande maioria das pesquisas foi publicada a partir dos anos 2000, refletindo uma preocupação contemporânea crescente com o papel dos educadores no enfrentamento e notificação dos MTI no ambiente escolar.

7 ANÁLISE DOS ESTUDOS INCLUÍDOS

A análise dos estudos incluídos revela que os professores demonstram ter amplo conhecimento sobre as redes de proteção à criança em situação de MTI existentes e os caminhos que precisam seguir. Mesmo assim, esses profissionais sentem-se mais seguros quando tem o respaldo das direções das escolas para conduzir as questões de violência (Machado, Bottoli, 2010; Assis *et al.*, 2006).

Além disso, mostra, que as estratégias utilizadas por professores variam entre a resolução interna inadequada e o cumprimento da denúncia legal, sendo a primeira a mais comum e, simultaneamente, a mais perigosa para a criança (Vagostello *et al.*, 2006). O enfrentamento abrange ações diretas em resposta a casos suspeitos, medidas preventivas e a fragilidade em termos de competências, que influenciam suas decisões e seu posicionamento diante das situações de MTI (McCallum, 2001; Williams, 2002).

7.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO PRECOCE, SUPORTE E PROTEÇÃO

Nesta categoria, identificou-se que as estratégias mais efetivas se concentram na concepção da escola como um espaço privilegiado de intervenção precoce e suporte às crianças e suas famílias (Sharley, 2022). Essas estratégias caracterizam-se por ações preventivas, apoio direto e abordagem proativa, fundamentadas em uma cultura de salvaguarda e no fortalecimento de vínculos interpessoais, familiares e comunitários. As escolas desempenham papel central ao oferecer suporte antes e durante intervenções de

órgãos estatais, incluindo apoio financeiro, suporte prático (como transporte escolar), encaminhamento a serviços especializados, apoio emocional e provisão de necessidades básicas, como alimentação e vestuário (Sharley, 2021; Sharley, 2022).

A adoção de uma cultura institucional de salvaguarda, mais frequente em escolas de menor porte, favorece a construção de ambientes seguros e éticos, nos quais professores se engajam ativamente na proteção dos alunos, indo além de ações burocráticas e persistindo no contato com as famílias (Sharley, 2022; Morales, 2006). Nesse contexto, iniciativas voltadas ao bem-estar e ao desenvolvimento socioemocional, como programas baseados no *Social and Emotional Aspects of Learning* (SEAL), configuram-se como estratégias proativas relevantes (DFES, 2005).

Destaca-se ainda a qualidade da relação professor-aluno como elemento central. Relações baseadas em confiança, respeito e segurança emocional permitem que os alunos expressem suas dificuldades, sendo o professor frequentemente percebido como uma figura de referência e apoio (Machado *et al.*, 2010; Duarte, 2004). Além disso, o conhecimento do contexto comunitário por parte dos docentes facilita a compreensão das dinâmicas familiares e contribui para abordagens mais sensíveis e eficazes diante de situações de negligência e abuso (Sharley, 2022; Hadley *et al.*, 2021).

7.2 ATUAÇÃO DOCENTE: CONDUTAS INTERNAS INFORMALIZADAS E DILEMAS

Nesta categoria, evidenciam-se estratégias de enfrentamento marcadas por práticas internas, muitas vezes informalizadas e permeadas por dilemas éticos, emocionais e socioculturais. As ações docentes variam desde intervenções relacionais e observacionais até medidas formais de notificação, sendo fortemente influenciadas pelo julgamento profissional e pelo contexto institucional (Sharley, 2022; Crenshaw *et al.*, 1995; Tener *et al.*, 2022).

Uma prática recorrente consiste na convocação e orientação de pais ou responsáveis, tratando situações de maus-tratos como problemas pedagógicos cotidianos. Embora frequente, essa abordagem é considerada inadequada frente à gravidade dos casos (Vagostello *et al.*, 2003; Williams *et al.*, 2002). Em contraste, a notificação formal às autoridades competentes, embora menos utilizada, constitui a conduta legalmente recomendada (Brino *et al.*, 2002; McCallum *et al.*, 2001).

Situações ambíguas, como negligência e abuso emocional, intensificam a

incerteza dos professores, levando-os a depender de julgamento subjetivo e a buscar evidências adicionais ou apoio de colegas antes de agir (Webster *et al.*, 2005; Hadley *et al.*, 2021). A suspeita emerge como fator determinante na decisão de notificar, sendo que profissionais mais propensos à denúncia tendem a agir com base em indícios, enquanto outros exigem provas concretas (Crenshaw *et al.*, 1995).

A falta de suporte institucional e o sentimento de isolamento favorecem a adoção de estratégias de enfrentamento defensivas, como os perfis “Cavaleiro Solitário”, “Leigo” e “Passador de Bola” (Tener; Sigad, 2019). Em contextos culturalmente conservadores, conflitos entre dever profissional e normas sociais podem levar ao silêncio, à subnotificação ou à adoção de estratégias informais, incluindo justificativas baseadas em valores religiosos ou preservação da honra familiar (Tener *et al.*, 2022).

Observam-se ainda variações contextuais nos fluxos de atuação, como a comunicação hierárquica interna (Austrália), o reporte à liderança escolar designada (Irlanda) e, no Brasil, a articulação com direção escolar e Conselhos Tutelares (Machado *et al.*, 2010; Buckley *et al.*, 2013; Hadley *et al.*, 2021). Apesar dessas variações, a notificação formal permanece como a estratégia mais adequada do ponto de vista legal e ético.

7.3 ESTRATÉGIAS SISTÊMICAS E DE PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA

Nesta categoria, as estratégias de enfrentamento são compreendidas a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando a escola como parte de uma rede interconectada de proteção à criança. Essas abordagens integram diferentes atores, setores e processos, promovendo respostas coordenadas e sustentáveis. Programas preventivos desempenham papel fundamental ao desenvolver habilidades de autoproteção, autoafirmação e denúncia em crianças, fortalecendo sua capacidade de enfrentamento (Binder; McNiel, 1987). Paralelamente, a formação continuada dos professores, aliada à colaboração interinstitucional e à existência de diretrizes nacionais, contribui para maior segurança e eficácia nas intervenções (Draugedalen *et al.*, 2021; Walsh *et al.*, 2008).

A atuação em rede inclui participação em conferências de proteção à criança, elaboração de relatórios e articulação com serviços especializados, embora a continuidade dessa participação ainda represente um desafio (Sharley, 2021). Estratégias institucionais, como comunicação interna e encaminhamento formal, são

essenciais, mas frequentemente limitadas por barreiras socioculturais, medo de retaliação e desconfiança nos sistemas de proteção (Cunha *et al.*, 2023; Schols *et al.*, 2013).

A promoção da resiliência ocorre por meio do fortalecimento do apoio social, envolvendo família, pares e comunidade, reduzindo impactos psicológicos negativos (Slone & Shoshani, 2008). Espaços colaborativos, como comunidades de prática e ambientes de aprendizagem informal, favorecem o apoio emocional entre profissionais e o desenvolvimento contínuo (Sharley, 2022; Wenger *et al.*, 2004).

A colaboração interprofissional, por meio de reuniões multiagenciais e integração de serviços no ambiente escolar, possibilita a construção de planos de intervenção mais eficazes. Nesse contexto, a presença de psicólogos escolares destaca-se como suporte essencial para capacitar docentes e fortalecer sua atuação (Machado; Bottoli, 2010). Em síntese, as estratégias sistêmicas evidenciam que a efetividade do enfrentamento dos maus-tratos infantis depende da articulação entre formação profissional, suporte institucional, redes de proteção e fatores socioculturais (Sigad *et al.*, 2023; Schols *et al.*, 2013).

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos estudos examinados mostra que o enfrentamento dos MTI no ambiente escolar é um fenômeno complexo, que oscila entre o potencial protetivo da instituição e as fragilidades técnicas e emocionais do corpo docente. Embora programas estruturados como o descrito em E-01 demonstrem eficácia no aumento do conhecimento de crianças e pais sobre autoproteção, a realidade prática dos educadores é marcada por profundos contrastes. Enquanto o estudo E-19 sinaliza que o treinamento específico aumenta a confiança dos professores para realizar notificações formais, os estudos E-15, E-20 e E-22 apontam para um cenário de grave despreparo, onde a maioria dos docentes possui informações insuficientes ou baseadas apenas no senso comum. Especificamente, nota-se uma discrepância em E-20, onde a maioria dos profissionais reconhece o dever legal de denunciar, mas apenas uma pequena parcela efetivamente o faria, preferindo condutas inadequadas como convocar os pais para conversar isoladamente.

No que tange às estratégias de enfrentamento, observa-se uma tensão entre a atuação individual e a institucional. Os estudos E-03, E-12 e E-13 descrevem a figura do professor como um "herói solitário" (*lone rider*), que age de forma proativa, mas isolada,

diante da ausência de suporte coletivo. Essa postura solitária diverge da abordagem de padronização e colaboração sugerida em E-07 e E-24, onde se enfatiza a importância de o docente se perceber como parte de um sistema integrado de proteção. Adicionalmente, E-13 e E-17 apresentam perspectivas opostas: enquanto o primeiro identifica a estratégia do "buck-passer", onde a responsabilidade é rapidamente transferida para evitar o peso emocional, o segundo destaca professoras que buscam investigar a situação e intervir de forma responsável, baseando-se na experiência prática.

A forma de resolução dos casos também demonstra conflitos procedimentais significativos. De um lado, estudos como E-04, E-05 e E-08 reforçam o cumprimento estrito de protocolos legais e a notificação obrigatória às autoridades competentes. No entanto, E-18 e E-20 revelam que a prática comum em muitas escolas é tratar a violência doméstica como um problema escolar interno, priorizando diálogos com os pais e registros institucionais em vez do encaminhamento ao Conselho Tutelar. Essa tendência de priorizar soluções internas é criticada em E-15, que sinaliza o risco de colocar a integridade da vítima em perigo ao alertar o agressor sem as garantias de proteção legal.

O peso dos contextos culturais é outro fator determinante nas respostas aos maus-tratos. Em E-05, observa-se que a aceitação cultural de punições físicas dificulta a detecção de abusos, enquanto E-02 e E-12 discutem como a fé cristã e os valores socioculturais podem, simultaneamente, fornecer resiliência aos professores e gerar dilemas éticos sobre a preservação da honra familiar. Essa complexidade cultural é corroborada em E-24, que diferencia a percepção de eficácia entre professores árabes e judeus, e em E-21, que amplia a discussão ao posicionar a escola como um fator de resiliência essencial em cenários de violência política.

Por fim, o processo de identificação dos sinais de abuso transita entre o rigor técnico e a subjetividade. Enquanto E-06, E-08 e E-14 descrevem uma avaliação sistemática baseada na gravidade e no comportamento da vítima, os dados gerais indicam que a detecção frequentemente emerge de uma intuição ou "sentimento visceral" do professor diante de mudanças sutis, como a ansiedade ou a "assiduidade extrema" da criança à escola. Contudo, a falta de formação técnica, evidenciada em E-11 e E-22, continua sendo a principal barreira, gerando sentimentos de solidão e medo que, segundo E-13, fazem com que o educador se sinta "lançado em um poço profundo" ao confrontar a realidade da violência infantil.

A análise comparativa dos resultados dos estudos E-01 a E-24 revela que a atuação docente frente aos Maus-Tratos Infantis (MTI) é um fenômeno complexo, oscilando entre

o rigor dos protocolos legais e a subjetividade das percepções individuais. Embora intervenções estruturadas, como a descrita em E-01, demonstrem eficácia no aumento do conhecimento sobre autoproteção entre crianças e pais, a prática cotidiana dos professores é frequentemente marcada por um profundo sentimento de desamparo e solidão.

Essa solidão é potencializada por um grave descompasso entre o conhecimento legal e a ação prática. Enquanto o estudo E-19 aponta que o treinamento específico aumenta a confiança dos docentes para realizar notificações formais, os estudos E-15, E-20 e E-22 revelam que muitos profissionais ainda possuem informações insuficientes ou baseadas no senso comum. Em E-20, por exemplo, observa-se que, apesar de a maioria conhecer seu dever legal, a tendência predominante é buscar soluções internas inadequadas, como orientar os pais em vez de acionar os órgãos de proteção, o que pode agravar o risco para a criança ao alertar o agressor sem as devidas garantias legais.

A figura do "herói solitário" (*lone rider*) emerge nesse cenário como uma resposta à falta de suporte institucional coletivo. De acordo com E-03, E-12 e E-13, o professor assume uma postura proativa, mas isolada, agindo como a única linha de defesa do aluno. Essa identidade contrasta com a proposta de padronização e trabalho colaborativo defendida em E-07 e E-24, onde o docente se percebe como parte integrante de um sistema de proteção. O estudo E-13 aprofunda essa discussão ao categorizar as estratégias de enfrentamento: o "soloista" que age por conta própria, o "leigo" (*layperson*) que se sente paralisado pela falta de habilidade técnica e o "transferidor" (*buck-passer*) que repassa a responsabilidade para evitar o peso emocional da situação.

O processo de identificação dos casos também reflete essa dualidade entre técnica e intuição. Enquanto alguns estudos focam na avaliação sistemática de sinais físicos, comportamentais e da gravidade do caso (E-05, E-06, E-08), a realidade descrita em E-24 indica que a detecção muitas vezes começa com um "sentimento visceral" ou intuição do professor. Mudanças sutis, como ansiedade, agressividade ou a chamada "assiduidade extrema" — quando o aluno reluta em voltar para casa por se sentir mais seguro na escola —, são indicadores cruciais, embora a falta de conhecimento técnico sobre o desenvolvimento psicossocial dificulte uma interpretação precisa.

Por fim, a influência dos contextos socioculturais é determinante na forma como o abuso é processado. Em comunidades onde certas práticas de punição são

culturalmente aceitas (E-05), a detecção torna-se ainda mais desafiadora. Já em contextos de minorias, como descrito em E-02 e E-12, a fé e os valores comunitários podem ser fontes de resiliência para o professor, mas também criam dilemas éticos sobre a proteção da honra familiar em face do dever de denúncia. Em contrapartida, programas voltados para a resiliência em contextos de violência política (E-21) mostram que a escola pode ser um canal vital de suporte social, mitigando o sofrimento psíquico por meio do diálogo e da validação emocional.

Em suma, os resultados de E-01 a E-24 indicam que a superação da "cultura do silêncio" e da solidão docente depende não apenas de leis, mas da implementação de formações iniciais e contínuas que forneçam as ferramentas técnicas e o amparo institucional necessários para que o professor deixe de ser um herói isolado e se torne parte efetiva de uma rede de proteção.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento dos MTI no contexto escolar requer uma abordagem sistêmica, ética e interdisciplinar. O papel do professor ultrapassa o ensino formal e se estende à proteção e ao cuidado, exigindo preparo emocional, discernimento ético e suporte institucional. Os achados revelam, ainda, que apesar da consciência do dever de notificar, muitos docentes ainda se sentem inseguros diante das estratégias de enfrentamento que estão diretamente relacionadas ao investimento em políticas educacionais que priorizem a formação humanizada e a atuação colaborativa. Assim, o enfrentamento dos MTI transcende o campo individual, configurando-se como responsabilidade coletiva da escola, da sociedade e do Estado.

Com relação as estratégias de enfrentamento dos MTI no ambiente escolar, estas foram organizadas em três categorias. A primeira: "A escola como espaço de intervenção precoce, suporte, e proteção, nele, tem-se o "Suporte prático e emocional", onde as escolas oferecem auxílios financeiros, transporte, alimentação, vestuário e suporte emocional antes mesmo da intervenção estatal. Na mesma, a "Cultura de salvaguarda", onde as escolas menores adotam visão ética mais transparente de proteção, motivando professores a persistirem no engajamento com as famílias. Identificou-se também "Vínculo e identidade", onde o professor pode tornar-se "figura de identidade" para a criança, suprimindo a falta de apoio no lar. Da mesma forma, clima de confiança e segurança favorece a expressão do aluno. Já a "Sensibilidade comunitária" diz respeito à comunicação sensível e engajamento positivo com as famílias que são fundamentais para lidar com alegações de abuso.

A segunda categoria aborda o tratamento da violência como um "problema pedagógico", mobilizando apenas orientação dos pais, que é a estratégia mais frequente e considerada inadequada por não interromper o ciclo de abusos. Dentro desta mesma categoria, tem-se o "Julgamento e discríção" que em casos ambíguos, educadores dependem do julgamento pessoal para decidir se notificam. Alguns exigem "provas sólidas", outros se baseiam na suspeita razoável. Tem-se também "estratégias psicológicas de enfrentamento, três perfis docentes: "Lone Rider" (lida sozinho), "Layperson" (sente-se leigo/despreparado) e *Buck-Passer*" (transfere responsabilidade por medo ou solidão). Com relação às "Barreiras culturais e religiosas", existe o silêncio

imposto pelo medo de retaliação ou por valores como o “perdão religioso”, que prioriza a honra familiar sobre a proteção da vítima. Nesta mesma categoria, encontram-se “Procedimentos formais”, que trata de reportar à “Pessoa de Ligação Designada” (DLP) como caminho institucional padrão.

Na terceira categoria tem-se as “Estratégias sistêmicas e de promoção de resiliência”, onde “Programas de prevenção”, visam ensinar às crianças habilidades de autoproteção e denúncia a adultos de confiança, estratégia que demonstrou ser eficaz. Na mesma categoria está incluída a “colaboração multiagencial”, que conta com reuniões interdisciplinares (ex.: *Tems Around the Family* - TAF), que permitem coordenar o apoio à criança. O “Suporte especializado” também pode ser visto aqui, com a presença de psicólogos nas escolas que instrumentalizam professores no manejo de casos de MTI. Além destes, a “Resiliência e formação”, que busca mobilizar apoio social que reduza o sofrimento das vítimas contando com treinamentos sistemáticos, que são o fator que mais reduz a subnotificação.

Em síntese, o enfrentamento aos Maus-Tratos Infantis (MTI) no ambiente escolar organiza-se em três eixos fundamentais. O primeiro destaca a escola como espaço de intervenção precoce, onde o suporte prático e emocional e o fortalecimento do vínculo professor-aluno são ferramentas essenciais de proteção. O segundo revela uma atuação docente marcada por dilemas éticos e condutas informais, em que a “resolução interna” muitas vezes prevalece sobre a notificação formal devido à insegurança profissional e à carência de suporte institucional. Por fim, o terceiro que aponta para a necessidade de estratégias sistêmicas, enfatizando a importância de programas preventivos, da formação continuada e da colaboração interprofissional para fortalecer a rede de proteção e superar as barreiras da subnotificação.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSON, N.; CASEY, K.; DARO, D. Teachers' knowledge, attitudes and beliefs about child abuse and its prevention. *Child Abuse & Neglect*, v. 16, n. 2, p. 229–238, 1992.
- ASSIS, S. G. *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1313–1322, 2006.
- BANDELE, F. The contribution of schools to safeguarding children. In: HUGHES, L.; OWEN, H. (Eds.). *Good practice in safeguarding children: working effectively in child protection*. London: Jessica Kingsley Publishers, 2009. p. 25–46.
- BRINO, R. DE F.; WILLIAMS, L. C. DE A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 113–128, 2003.
- BUNTING, L.; LAZENBATT, A.; WALLACE, I. Information sharing and reporting systems in the UK and Ireland: professional barriers to reporting child maltreatment concerns. *Child Abuse Review*, v. 19, p. 187–202, 2010. DOI: 10.1002/car.1076.
- CARMODY, M. *Conceptualising the prevention of sexual assault and the role of education*. Melbourne: Australian Institute of Family Studies, 2009.
- CRAWFORD, K. *Interprofessional collaboration in social work practice*. London: Sage Publications, 2012.
- CRENSHAW, W. B.; CRENSHAW, L. M.; LICHTENBERG, J. W. When educators confront child abuse: an analysis of the decision to report. *Child Abuse & Neglect*, v. 19, n. 9, p. 1095–1113, 1995.
- CUNHA, G. C. F. *et al.* Violência sexual infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 1, e3312138430, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i1.38430>.
- DISQUE 100. *Número de denúncias registradas pelo Disque 100 cresce 38% durante o Carnaval de 2024*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/numero-de-denuncias-registradas-pelo-disque-100-cresce-38-durante-o-carnaval-de-2024>.
- DRAUGEDALEN, K.; KLEIVE, H.; GROV, Ø. Preventing harmful sexual behavior in primary schools: barriers and solutions. *Child Abuse & Neglect*, v. 121, 105295, 2021.
- ERIKSEN, E.; GERMETEN, S. Barnevern i barnehage og skole: møte mellom barn, foreldre og profesjoner. Oslo: Cappelen Damm, 2014. FABRIS, M. A. *et al.* Childhood trauma and factors influencing primary school teachers' reporting of child abuse: Insights from Italy. *Child Abuse & Neglect*, v. 149, p. 106631, 1 mar. 2024.
- GAMBA, V. *Violência contra crianças em conflitos armados aumenta 21% em 2023*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833136>.
- GOLDMAN, J. D. G.; GRIMBEEK, P. Student teachers' understanding of policy behavioural directives concerning the reporting of child sexual abuse: findings from one Australian state. *Educational Research*, v. 50, n. 3, p. 291–305, set. 2008. DOI: 10.1080/00131880802309457.
- GONÇALVES, L. G.; TEIXEIRA, F. Abordagem da educação em sexualidade no Jardim de

Infância: a opinião das famílias. *Exedra: Revista Científica*, n. extra 1, p. 69–77, 2018.

GUBBELS, J. *et al.* Effective components of school-based prevention programs for child abuse: A meta-analytic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 24, n. 3, 4 jun. 2021.

GUBBELS, J. *et al.* Why Healthcare and Education Professionals Underreport Suspicions of Child Abuse: A Qualitative Study. *Social Sciences*, v. 10, n. 3, p. 98, 10 mar. 2021.

HADLEY, F. *et al.* Keeping children safe in out-of-school-hours care: perceptions of staff and managers of one provider in Sydney, Australia. *Child Abuse Review*, 2021. DOI: 10.1002/car.2683.

HAJE, L. *Projeto determina que professor seja treinado para identificar sinais de abuso sexual contra criança*. Câmara dos Deputados, 17 ago. 2020. Disponível em: [link fornecido no texto].

HAWKINS, R.; MCCALLUM, C. Effects of mandatory notification training on the tendency to report hypothetical cases of child abuse and neglect. *Child Abuse Review*, n. 10, p. 301–322, 2001.

HAWKINS, R.; MCCALLUM, C. Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools. *Child Abuse & Neglect*, v. 25, n. 12, p. 1603–1625, 2001.

HORWATH, J. *Child neglect: identification and assessment*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2007.

KLEEMEIER, C. *et al.* Child sexual abuse prevention: evaluation of a teacher training model. *Child Abuse & Neglect*, v. 12, n. 4, p. 555–561, 1988.

LANGRIDGE, F. C. *et al.* Child maltreatment as reported in a survey of the parents and teachers of primary school-aged children in Tonga. *Children and Youth Services Review*, v. 120, 105679, 2021.

MACHADO, T. B.; BOTTOLI, C. *Como os professores percebem a violência intrafamiliar*. Trabalho Final de Graduação – Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, 2010.

MCGARRY, K.; BUCKLEY, H. Lessons on child protection: a survey of newly qualified primary-level teachers in Ireland. *Child Abuse Review*, v. 22, p. 80–92, 2013. DOI: 10.1002/car.2216.n. 10, p. 983–993, 2008.

NAREGAL, P. M. *et al.* Effectiveness of planned teaching programme on knowledge regarding prevention of child abuse and neglect among primary school teachers. *The Online Journal of Health and Allied Services*, v. 14, n. 4, p. 1–4, 2015.

O'TOOLE, R. *et al.* Teachers' recognition and reporting of child abuse: a factorial survey. *Child Abuse & Neglect*, v. 23, n. 11, p. 1083–1101, 1999. of child physical abuse and neglect: results from an Australian survey.

OLIVEIRA, Y. C.; NASCIMENTO, C. P. O papel do professor no processo ensino-aprendizagem diante dos alunos vítimas de abuso sexual. *Revista Projeção e Docência*, v. 10, p. 196–206, 2019. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, v. 13, n. 26, p. 191–196, 2003.

REINIGER, A.; ROBISON, E.; MCHUGH, M. Mandated training of professionals: a means for improving reporting of suspected child abuse. *Child Abuse & Neglect*, v. 19, n.

1, p. 63–69, 1995.

SÃO PAULO (Estado). *Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social. Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1997.

SCHOLS, M. W. A.; RUITER, C. de; ÖRY, F. G. How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC Public Health*, v. 13, n. 807, p. 1–16, 2013. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/807>.

SHARLEY, V. *Missing data, complex processes and differing contexts: a case file analysis of school*

SHARLEY, V. Responding to child neglect in schools: factors which scaffold safeguarding practice for staff in mainstream education in Wales. *Research Papers in Education*, 2022. DOI: 10.1080/02671522.2022.2089211.

SHOSHANI, A. Efficacy of a school-based primary prevention program for coping with exposure to political violence. *International Journal of Behavioral Development*, v. 32, n. 4, p. 348–358, jul. 2008. DOI: 10.1177/0165025408090976.

SIGAD, L. I. *et al.* “We try to fix things quietly, and we do not take revenge”: Christian Arab teachers’ experiences coping with child sexual abuse among their pupils in Israel. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 39, n. 7–8, p. 1785–1810, 2024. SLONE, M.;

SIGAD, L. I.; TENER, D.; EFRAT LUSKY-WEISROSE. “I need to be the person who will know to do the right thing”: Perspectives of Arab and Jewish teachers confronting child sexual abuse.. *Psychology of Violence*, v. 14, n. 1, p. 14–23, 26 out. 2023.

SIGAD, L. I.; TENER, D. Trapped in a maze: Arab teachers in Israel facing child sexual abuse among their pupils. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 37, n. 11–12, p. 1–23, 2022. DOI: 10.1177/0886260520983278.

TENER, D.; SIGAD, L. “I felt like I was thrown into a deep well”: educators coping with child sexual abuse disclosure. *Children and Youth Services Review*, v. 106, 104465, 2019. DOI: 10.1016/j.childyouth.2019.104465.

TITE, R. How teachers define and respond to child abuse: the distinction between theoretical and reportable cases. *Child Abuse & Neglect*, v. 17, n. 5, p. 591–603, 1993.

TOWER, C. C. *Understanding child abuse and neglect*. Boston, MA: Allyn and Bacon, 1996.

TRUDELL, B.; WHATLEY, M. H. School sexual abuse prevention: unintended consequences and dilemmas. *Child Abuse & Neglect*, v. 12, n. 1, p. 103–113, 1988.

VAGOSTELLO, L. *et al.* Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. *PSIC: Revista de Psicologia da Vetor Editora*, v. 7, n. 1, p. 87–94, jan./jun. 2006.

VAGOSTELLO, L. *et al.* *Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo*.

VORLAND, N. *et al.* *Tverretattlig samarbeid om barn og unge med problematisk eller skadelig seksuell atferd*. Oslo: NKVTS (Rapport 3), 2018.

WALSH, K. *et al.* *Case, teacher and school characteristics influencing teachers’ detection and reporting*.

WENGER, E.; MCDERMOTT, R.; SNYDER, W. *A guide to managing knowledge: communities of practice*. Boston: Harvard Business School Press, 2004.

ZELLMAN, G. L.; BELL, R. M. *The role of professional background, case characteristics, and protective agency response in mandated child abuse reporting*. Santa Monica, CA: Rand, 1990.

APÊNDICE - PRODUTO TÉCNICO Material para divulgação junto aos docentes



MAUS-TRATOS INFANTIS E A ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Revisão Integrativa das Estratégias de Enfrentamento

Os Maus Tratos Infantis (MTI) englobam as ocorrências de negligência, abuso psicológico, físico e sexual em crianças. São problemas globais de saúde pública, com consequências que podem perdurar ao longo da vida adulta, impactando na saúde física, psicológica e no desenvolvimento das vítimas, não apenas no instante em que ocorrem, mas, também, em etapas posteriores do ciclo vital. Particularmente, o ambiente escolar se constitui em um potencial espaço para enfrentar essa problemática e proteger as crianças.



TEMA



Maus-Tratos Infantis (MTI) e a atuação dos professores da educação básica, com foco nas estratégias de enfrentamento utilizadas por esses profissionais.

OBJETIVO



Identificar evidências científicas acerca das estratégias de enfrentamento dos Maus-Tratos Infantis utilizadas pelos professores da educação básica.

PROBLEMA DE PESQUISA



Embora os professores ocupem uma posição estratégica na identificação precoce dos Maus-Tratos Infantis (MTI), observa-se um cenário marcado por insegurança profissional, subnotificação e limitações na formação técnica para o manejo adequado desses casos.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão norteadora:

Quais evidências científicas sobre estratégias de enfrentamento dos Maus-Tratos Infantis são utilizadas pelos professores da educação básica?

MÉTODO



- Revisão Integrativa da Literatura
- Estratégia PICo
- Buscas realizadas em 7 bases de dados:
 - MEDLINE (PubMed)
 - LILACS (BVS)
 - ERIC
 - Scopus
 - Web of Science
 - APA PsycInfo
 - SciELO
- Acesso remoto via CAFE / Portal de Periódicos CAPES
- Foram incluídos 24 estudos.

RELEVÂNCIA



Compreender e fortalecer as estratégias docentes é essencial para proteger crianças, reduzir danos e promover ambientes escolares seguros e acolhedores.

RESULTADOS: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS MTI NO AMBIENTE ESCOLAR

As estratégias identificadas foram organizadas em três categorias principais.

1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO PRECOZE, SUPORTE E PROTEÇÃO



	Suporte prático e emocional	As escolas oferecem auxílios financeiros, transporte, alimentação, vestuário e suporte emocional antes mesmo da intervenção estatal.	Sharley (2021, 2022)
	Cultura de salvaguarda	Escolas menores adotam visão ética mais clara de proteção, motivando professores a persistirem no engajamento com as famílias.	Sharley (2022)
	Vínculo e identidade	Professor pode tornar-se "figura de identidade" para a criança, suprimindo a falta de apoio no lar. Clima de confiança e segurança favorece a expressão do aluno.	Machado et al. (2010) Duarte (2004)
	Sensibilidade comunitária	Comunicação sensível e engajamento positivo com as famílias são fundamentais para lidar com alegações de abuso.	Hadley et al. (2021)

2 ATUAÇÃO DOCENTE: CONDUTAS INTERNAS, INFORMALIZADAS E DILEMAS



	Resolução interna inadequada	Tratamento da violência como "problema pedagógico" ou apenas orientar os pais é a estratégia mais frequente e considerada inadequada por não interromper o ciclo de abusos.	Vagostello et al. (2003, 2006) Williams et al. (2002)
	Julgamento e discrição	Em casos ambíguos, educadores dependem do julgamento pessoal para decidir se notificam. Alguns exigem "provas sólidas", outros se baseiam na suspeita razoável.	Webster et al. (2005) Hadley et al. (2021) Crenshaw et al. (1995)
	Estratégias psicológicas de enfrentamento	Três perfis docentes: "Lone Rider" (lida sozinho), "Layperson" (sente-se leigo/despreparado) e "Buck-Passer" (transfere responsabilidade por medo ou solidão).	Tener e Sigad (2019)
	Barreiras culturais e religiosas	Silêncio imposto pelo medo de retaliação ou por valores como o "perdão religioso", que prioriza a honra familiar sobre a proteção da vítima.	Tener et al. (2022) Sigad et al. (2004)
	Procedimentos formais	Reportar à "Pessoa de Ligação Designada" (DLP) como caminho institucional padrão.	Buckley et al. (2013)

3 ESTRATÉGIAS SISTÊMICAS E DE PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA



	Programas de prevenção	Ensinar crianças a habilidades de autoproteção e denúncia a adultos de confiança mostrou-se eficaz.	Binder e McNiel (1987)
	Colaboração multiagencial	Reuniões interdisciplinares (ex.: Teams Around the Family – TAF) permitem coordenar o apoio à criança.	Sharley (2021, 2022) Draugedalen et al. (2021) Vorland et al. (2018)
	Suporte especializado	Presença de psicólogos nas escolas instrumentaliza professores no manejo de casos de MTI.	Machado e Bottoli (2010)
	Resiliência e formação	Mobilizar apoio social reduz o sofrimento das vítimas e treinamentos sistemáticos são o fator que mais reduz a subnotificação.	Slone e Shoshani (2008) Walsh et al. (2008)

CONCLUSÃO

O enfrentamento dos MTI no contexto escolar requer uma abordagem sistêmica, ética e interdisciplinar. O papel do professor ultrapassa o ensino formal e se estende à proteção e ao cuidado, exigindo preparo emocional, discernimento ético e suporte institucional. Os achados revelam, ainda, que apesar da consciência do dever de notificar, muitos docentes ainda se sentem inseguros diante das responsabilidades legais e das implicações sociais da denúncia. Conclui-se que a efetividade das estratégias de enfrentamento está diretamente relacionada ao investimento em políticas educacionais que priorizem a formação humanizada e a atuação colaborativa. Assim, o enfrentamento dos MTI transcende o campo individual, configurando-se como responsabilidade coletiva da escola, da sociedade e do Estado.



DESCRITORES: Escolas; Maus-tratos infantis; Professores do ensino fundamental; Estratégias de Enfrentamento.

PROTEGER HOJE, TRANSFORMAR O AMANHÃ.

ESCOLA QUE ACOLHE, EDUCA E PROTEGE.